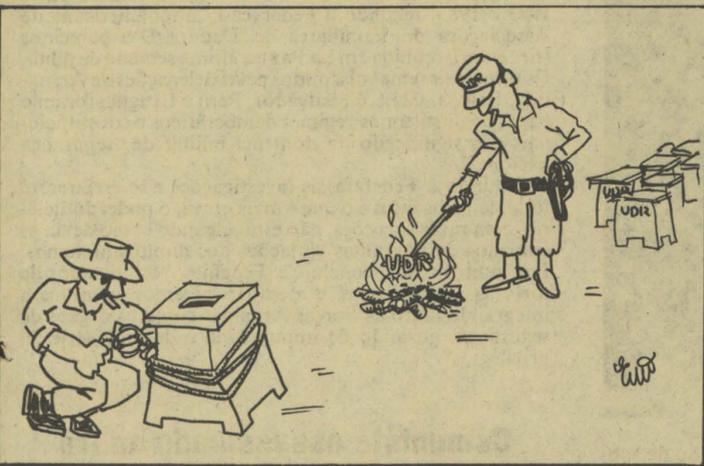


## O quadro político que saiu das convenções



A tabela dos candidatos a governador, Estado por Estado, com os partidos e coligações que os apóiam, conforme o resultado das convenções de julho-agosto. E as listas dos candidatos do Partido Comunista do Brasil, desde o Rio Grande do Sul até Roraima, na primeira eleição em que os comunistas concorrem por sua própria legenda desde 1947. Página 3

### Metalúrgicos do Amazonas expandem greve

Já são 35 mil os operários parados no Distrito Industrial de Manaus, reivindicando melhores salários. Os patrões, mesmo com os lucros crescentes, não cedem. Página 7

### Inflação volta a assolar a endividada Argentina

Fiasco do Austral confirma: sem mexer na dívida, não dá. Pág. 2

EDITORIAL

#### Campanha na rua

“Botar o bloco na rua” - é a linha que possibilita ao povo obter maiores conquistas na luta por seus direitos. Mais do que nunca esta diretriz se coloca agora, com urgência, para fazer avançar a campanha eleitoral. Só com uma grande audácia em mobilizar os trabalhadores e todos os setores verdadeiramente interessados em mudanças é possível fazer da batalha em torno da Constituinte um prolongamento da luta das diretas e por transformações maiores em nosso país.

As pesquisas ainda revelam que uma percentagem muito grande de brasileiros permanece à margem do processo Constituinte. Mas tudo indica que em contrapartida o empresariado empenha-se com enorme vigor no esforço para colocar a nova Carta Magna sob seu controle. Só que, ao invés de incorporar o povo na campanha, os capitalistas querem fazer valer acima de tudo o poder econômico. E durante os trabalhos da Constituinte, em vez de pressão de massas para obter mudanças, pretendem colocar em ação o convencimento através do dinheiro, para forçar um comportamento “moderado”, em busca de um sistema político conservador.

As classes dominantes manobram para evitar uma polarização nacional entre conservadores e mudancistas. Jogam para isto com as candidaturas aos governos estaduais que, ao se transformarem em carros-chefes da campanha, colocam em primeiro plano os problemas regionais, obscurecendo os problemas de caráter nacional sobre os grandes rumos que devem guiar o país daqui em diante.

Por tudo isto, torna-se tarefa das mais imperiosas fazer o povo entrar com força em ação. Se as grandes massas aparecem em cena, darão à Constituinte um colorido vivo. Colocarão em atividade forças imensas exigindo um novo sistema político e

mudanças em profundidade nas normas econômicas. Balançarão o velho e carcomido sistema presidencialista, que gerou crises gravíssimas, que pautou-se sobretudo pelo autoritarismo, que precisa ser substituído por um governo de co-responsabilidade onde Legislativo e Executivo se entendem para adotar uma nova postura, democrática.

O povo mobilizado provocará igualmente mudanças no Congresso Nacional. Em primeiro lugar liquidando com o sistema bicameral, onde o Senado é simplesmente um fator de reacionarismo, e implantando o sistema unicameral. Exigirá da mesma forma que representantes da imensa maioria dos brasileiros, ou seja, dos operários e dos camponeses, estejam presentes no Congresso, através de uma bancada classista a ser eleita juntamente com os demais candidatos.

As massas, ao participarem da luta constituinte, forçarão também a modernização do Judiciário, a não interferência das Forças Armadas na vida política nacional. Colocarão em pauta as efetivas liberdades e direitos dos trabalhadores assim como o fim das discriminações contra as mulheres. Em outras palavras, o povo em ação lutará por um Brasil com nova feição, condizente com as novas exigências sociais em pleno alvorecer do século XXI.

O quadro político saído das convenções ainda está em movimento, mas a sua definição mais nítida não pode ser deixada para as manobras de bastidores. Uma intensa campanha de rua, para os candidatos à Constituinte sobretudo, ajudará inclusive para que as composições ao nível dos governos estaduais sejam mais progressistas. A grande questão é que o marasmo só pode favorecer aos poderosos. Botar o bloco na rua é o grande apelo do momento, em busca de uma Constituinte democrática e progressista.



No fundo, o que está em jogo é a construção da bomba

### Governo mantém acordo nuclear dos militares

Contrapondo-se aos interesses do povo, o governo decidiu construir Angra II e Angra III. Página 4



Foto: Yone Shimidzu

Para eles, há uma “ação conjunta das grandes multinacionais”

Marítimos denunciam desnacionalização

Trabalhadores do mar apontam um “complot” para acabar com a nossa marinha mercante”. Pág. 6

### Ter saúde é um direito de todo cidadão

Em debate, na preparação da Constituinte, o direito do povo brasileiro, hoje doente e desassistido, à assistência sanitária em toda linha. O sistema nacional integrado de saúde e o combate à privatização, que faz da medicina um comércio. Página 5

### A solução da direita para a violência

Sempre afinado com a política de Reagan e da extrema direita, Stallone faz um filme de propaganda da violência policial. Pág. 9



# O fracasso do Plano Austral: inflação em alta na Argentina

Pouco mais de um ano após a implantação do Plano Austral (em junho de 1985), a inflação volta a assustar a Argentina. Somente no mês de julho, o índice atingiu 6,8%. O acumulado no primeiro semestre, 29,3%, foi suficiente para superar o prognóstico do governo para os 12 meses do ano, de 28%.

Esses números não deixam margem a dúvidas quanto ao fracasso do chamado "choque heterodoxo" instituído no ano passado pelo governo Alfonsín com o objetivo de conter a inflação. Agora as autoridades preparam o "Australito" - um novo elenco de medidas econômicas para remendar o plano inicial.

## MEIAS MEDIDAS

O "choque" aplicado na Argentina possui um parentesco muito próximo ao Plano Cruzado brasileiro, inclusive em relação ao otimismo generalizado que propiciou. Os preços foram temporariamente congelados; os salários fixados por um critério de média real que consagra as perdas acarretadas pela alta dos preços; a moeda (peso) foi substituída pelo austral.

Num primeiro momento, a inflação (que tinha alcançado um patamar anualizado de quase 1000%) realmente declinou, principalmente devido ao severo controle dos preços. Logo, porém, a febre de remarcações reapareceu e a partir de abril deste ano os índices nunca foram inferiores a 4% ao mês. As medidas adotadas para combater o problema revelaram-se, na realidade, superficiais e insuficientes.

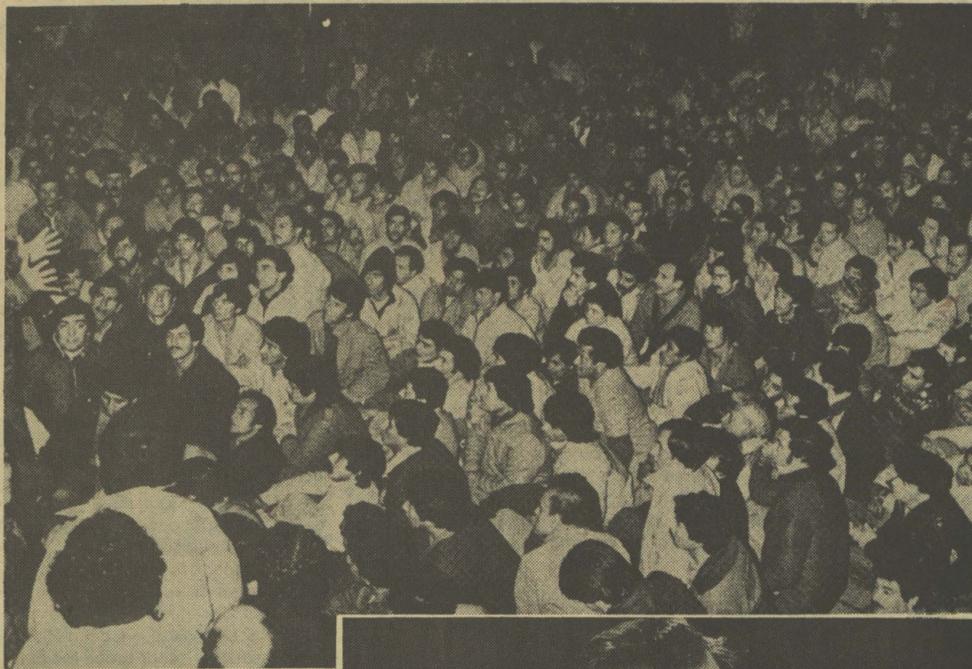
As pressões inflacionárias na Argentina, a exemplo do que ocorreu em diversos países economicamente dependentes, agravaram-se enormemente nos últimos anos. Os remédios adotados para curar a doença não têm surtido os efeitos desejados.

## RECESSÃO

Na Argentina, o fenômeno torna-se ainda mais insuportável em consequência da aguda recessão que assola o país desde 1981. O Produto Interno Bruto, com as exceções de 1983 e 1984 (quando experimentou uma leve recuperação, crescendo 3,2% e 2% respectivamente), vem sofrendo contínuas quedas, registrando uma evolução de -6% em 1981; -5,2% em 1982; -4% em 1985.

O produto industrial caiu ainda mais, chegando a registrar um índice de -17,5% no primeiro trimestre do ano passado. A renda per capita do país tem declinado à taxa média anual de 1,7% nos últimos dez anos e o investimento bruto experimentou quedas gigantescas de 1981 a 1984, sendo reduzido a apenas 8% do PIB.

Embora tenha-se verificado uma leve recuperação da atividade econômica, desde o último



Os operários contra a recessão que o plano de Alfonsín não eliminou

trimestre de 1985, os indicadores não são nada animadores. A situação dramática em que vive o país é fruto da crise profunda do modelo econômico dependente e, muito especialmente, do entreguismo descarado dominante durante o regime militar.

## DÍVIDA EXTERNA

A pressão inflacionária na Argentina advém basicamente dos esforços gigantescos que estão sendo efetuados com a finalidade de pagar os juros da dívida externa contraída pelos militares (em grande parte, diga-se de passagem, constituída por meio da corrupção pura e simples. Quase a totalidade dos empréstimos foi aplicada fora do país, em particular nos bancos dos Estados Unidos).

As altas dos preços foram impulsionadas principalmente através da reforma monetária de 19 de julho de 1982, conhecida como Plano Carvalho, porque seu inspirador, o presidente do Banco Central na época, chamava-se Domingo Carvalho.

O Plano Carvalho foi feito sobretudo para viabilizar o pagamento da dívida externa, servindo, de quebra, para salvar uma série de capitalistas da falência. Consistiu da aplicação de fortes subsídios às dívidas interna e externa das empresas privadas (o que significou, na verdade, a transferência de tais débitos da iniciativa privada para o setor público), da maxidesvalorização cambial, de 27,3%, e outros estímulos às exportações.

Em consequência, o déficit público subiu assustadoramente e a inflação disparou. Gerou-se, contudo, a partir daí, grandes superávits comerciais destinados ao pagamento dos banqueiros estrangeiros: em 1982, as exporta-



ções superaram as importações em 2.287 milhões de dólares; em 1983, o saldo positivo da balança comercial foi de 3,3 bilhões; em 1984, de 3,5 bilhões. Com isto, veio também a redução drástica do mercado interno, para o que a inflação foi um mecanismo essencial.

## PERSPECTIVAS

O governo Alfonsín não teve coragem de tocar no pagamento da dívida. Embora promettesse durante a campanha eleitoral que iria jogar duro com os banqueiros internacionais, recorrendo inclusive à moratória unilateral, e logo ao assumir declarasse que não pretendia pagar os débitos que considerasse ilegítimos, na prática adotou uma posição de acomodamento e conciliação.

Desta forma, em 1985 a sangria de recursos do país para o exterior foi ainda mais considerável: o superávit comercial foi da ordem de 4,1 bilhões de dólares. Vale acentuar que a dívida externa argentina, de 51,7 bilhões de dólares, equivale a 67% do seu Produto Interno Bruto, impondo sacrifícios brutais ao povo.

Neste e nos próximos anos, a situação pode ser agravada ainda mais devido à recente decisão do

governo norte-americano de subsidiar as exportações de grãos para a União Soviética e a China, o que poderá acarretar uma perda de divisas da ordem de 1 bilhão de dólares para a Argentina e tornar impossível (ou mais dramático) o esforço voltado para pagar a dívida. Diante desta probabilidade o governo Alfonsín ameaçou inclusive suspender o pagamento de uma parcela dos juros enviados ao exterior (a destinada aos bancos dos EUA).

As medidas que o governo está planejando para fazer frente à escalada dos preços, contudo, não mexem um milímetro no modelo econômico dependente e podem ter efeitos recessivos. Uma das iniciativas, já adotada, é o aumento das taxas de juros, justificado pela necessidade de reduzir a demanda interna. Fala-se também na criação de um programa de benefícios fiscais e financeiros aos exportadores e, ainda, em demissões no setor público e privatização de empresas estatais. Anuncia-se, ao mesmo tempo, medidas restritivas do direito de greve. Evidentemente, não será por aí que se conduzirá a combater a inflação. Mas, ao contrário, o governo Alfonsín corre o risco de sofrer um acelerado processo de descrédito popular.

## Defesa da democracia no Uruguai

Milhares de uruguaios realizaram na noite do último dia 11 uma ruidosa manifestação - golpeando painéis e instrumentos de percussão - em apoio à democracia e contra os "nostálgicos do poder militar". Segundo os organizadores, o protesto representou também uma exigência de "verdade e justiça" para os casos de violação dos direitos humanos cometidos durante o governo militar (1973-85) e o rechaço para uma eventual anistia aos militares torturadores. Foram também realizadas concentrações em frente a sedes sindicais e comitês políticos da Frente Ampla.

As manifestações de protesto coincidiram com uma reunião de "alto nível" entre o chefe do Exército, tenente general Hugo Medina, quatro ex-comandantes do antigo regime militar e dois generais da reserva, considerados de "linha dura". Nessa reunião, o general Medina teria tentado dissimular a formação de uma "assembleia em defesa da honra das Forças Armadas", proposta pelo clube Centro Militar, que se tem destacado por sua oposição ao regime democrático instalado há 17 meses no país. O Centro Militar é contrário a todas as investigações para punir os responsáveis pelas violações dos direitos humanos durante o regime militar e já manifestou a "preocupação" diante da tentativa frustrada do governo Sanguinette de se promulgar uma anistia "para não irritar as Forças Armadas".

## Impunidade na América Latina

Aos governos democráticos do Continente tem faltado a vontade política de investigar e punir aos autores e responsáveis de cerca de 90.000 "desaparecidos" entre 1973 e 1983, segundo a Federação Latinoamericana de Associações de Familiares de Detidos-Desaparecidos (Fedefam), reunida em La Paz na última semana de julho. Os principais temas discutidos pelas delegações da Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Peru e Uruguai foram o papel da Justiça nos regimes democráticos e constitucionais e o significado da doutrina militar de "segurança nacional".

Segundo a Fedefam, as investigações não esclarecem totalmente os fatos e o que é mais grave, o poder Judiciário, com raras exceções, não está julgando como devia os culpados de flagrantes violações dos direitos humanos. Em muitos casos, concluiu a Fedefam, "os culpados de torturas, assassinatos e desaparecimentos continuam integrando tanto as Forças Armadas como os órgãos de segurança, gozando de impunidade e de uma série de privilégios".

## Comunista assassinado no Irã

O Partido do Trabalho do Irã (marxista-leninista) emitiu comunicado denunciando o assassinato de mais um de seus membros pelo governo do aiatolá Khomeini. Diz o comunicado: "Mais uma vez, sanguinários da burguesia, a soldo de Khomeini, manifestam-se, assassinando o nosso camarada Mohammad-Hassan Hassani, responsável do Conselho Constitutivo dos Trabalhadores Iranianos e membro do Comitê Central do Partido do Trabalho do Irã. Ele foi assassinado após longos anos de prisão e depois de ter sido submetido a torturas".

## Manobras de guerra na Ásia

Tropas dos EUA e Tailândia realizaram no último dia 10 suas maiores manobras conjuntas desde o fim da guerra do Vietnã, simulando um ataque por terra, ar e mar a um ponto perto da fronteira com o Camboja. Cerca de 30 navios, dezenas de aviões e helicópteros e pelo menos 10 mil soldados participaram dessas manobras, denominadas "operação cobra dourada", que vêm sendo realizada anualmente, desde 1982, no Sudeste asiático.

## Bolivianos contra dívida externa

O "não" ao pagamento da dívida externa e à nova política tributária do governo de Paz Estenssoro foi o voto de 97,35% dos bolivianos que participaram da "consulta popular" sobre esses temas, realizada no dia 25 de julho pela Central Operária Boliviana (COB). Segundo dados divulgados no último dia 5, pela COB, 1.420.495 pessoas, maiores de 18 anos, participaram do plebiscito. (Nas eleições gerais de julho do ano passado votaram 1.680.370 eleitores, dos 2.931.723 habilitados a votar, segundo as estatísticas oficiais).

## EUA envolvidos no golpe argentino

Senador republicano ultraconservador e anti-comunista de primeira linha, o norte-americano Jesse Helms visitou a Argentina antes do golpe militar de 1976, tendo seus assessores se reunido privativamente com os dirigentes militares argentinos e estimulado seus planos para derrubar o governo de Isabel Peron. Essa versão de sua participação no golpe militar argentino foi divulgada pelo canal de televisão norte-americano Kron-TV, da rede NBC, que citou documentos do FBI e do Departamento de Estado que comprovam duas visitas "secretas" do parlamentar à Argentina naquela época.

## Desemprego castiga a Europa

O desemprego deve atingir na Espanha esse ano 48% dos jovens entre 16 e 24 anos, segundo um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que reúne os 24 países mais industrializados do mundo. Depois da Espanha, o maior índice de desemprego juvenil está na Itália, com 35,75%, França, com 26,25% e Grã-Bretanha, com 20,75%.

Na América Latina a situação não é menos constrangedora. Segundo dados divulgados pela Federação Campesina Latinoamericana no início de agosto, 70 milhões de pessoas passam fome, enquanto 48 milhões de camponeses estão sem emprego e 64% dos trabalhadores rurais não têm terra.

# Pinochet encoberta mais um crime no Chile

Milhares de universitários chilenos realizaram passeata e montaram barricadas em Santiago em protesto contra o assassinato do tesoureiro da Confederação de

Estudantes Chilenos, Mario Martínez. A polícia e o exército de Pinochet reprimiram com a costumeira violência os manifestantes. Bombas de gás lacrimogêneo

foram lançadas na multidão e mais de 100 populares foram presos pela repressão.

Mario Martínez, líder estudantil, era filiado ao Partido Democrata Cristão, tinha apenas 24 anos, e vinha sendo ameaçado pelos grupos pára-militares que apóiam a ditadura militar inclusive através de pichações nos muros da Universidade de Chile. Por várias vezes ele foi preso pelos gendarmes do regime e recentemente havia sido expulso da universidade por suas atividades oposicionistas.

Martínez foi encontrado no dia 6, numa praia a alguns quilômetros de Santiago, a capital do país. Os policiais (carabineiros) que o encontraram afirmaram que seu corpo apresentava "lesões visíveis". Mas depois a autópsia oficial desconheceu esse fato e anunciou que o jovem morreu por "afogamento"...

## SANHA DE ASSASSINOS

Somente nos sete primeiros meses deste ano, a ditadura militar assassinou mais de 30 opositores e quase 4 mil democratas foram detidos para averiguações políticas. As torturas são constantes nos interrogatórios, e agora os carrascos a serviço do governo resolveram se aperfeiçoar no uso do fogo. Queimar corpos de estudantes, fazer os opositores a paga-

rem fogueiras com os próprios corpos, queimá-los com cigarros, são alguns dos métodos utilizados pelos algozes para defender o "mundo civilizado ocidental", como gosta de falar o general Pinochet.

Outros tratamentos dispensados aos democratas nas prisões: deixá-los nus, no frio; fazê-los correr descalços diante de um Jeep; cortar-lhes a língua; jogá-los no rio, nus, à meia-noite, com os pés queimados. São práticas que estão sendo denunciadas diariamente, inclusive na própria imprensa chilena, apesar da censura. Um jornal de Santiago publicou, recentemente, um artigo onde afirmava que, na atualidade, o governo de Pinochet só estava em pé de igualdade com as ditaduras do general Stroessner, do Paraguai, e a do racista Pieter Botha, da África do Sul.

Mas o terror imposto à população não está fazendo com que a luta pela liberdade diminua pelo país. Pelo contrário, este ano registrou um grande avanço no rumo da unificação das oposições à ditadura militar. Nos dias 2 e 3, uma greve paralisou o país, a partir da convocação da Assembleia da Cidadania, que envolve 18 organizações sociais representando 3 milhões de chilenos, e que teve o apoio de todos os partidos e entidades democráticas.



Mário Martínez, 24 anos, assassinado e jogado ao mar pelos militares

Estado por Estado, os candidatos a governador, quem os apóia e as listas sustentadas pelo PC do B

Estado, População e Eleitorado*	Candidatos a governador	Partidos e coligações	Candidaturas apoiadas pelo PC do B	
			à Assembléia Constituinte	à Assembléia Legislativa
Rio Grande do Sul 8.486.000 hab. 4.512.000 eleitores	Pedro Simon Aldo Pinto Carlos Chiarelli Clóvis Ilgenfritz Flávio Petraco Domingos Tôdero	PMDB PDT/PDS PFL PT PSB PCB	Edson Silva, José Freitas, Clésio Aires de Oliveira, Luís Felipe Maldaner, Edio Elói Frizzo, Emerson Brotto, Vladimir Guimarães, Israel Rocha, Mauro Gagletti, Eridan Magalhães, Jussara Gomes, Júlio Martins, João Carlos Vieira, Silvan Monks, Mara Loguércio (PCdoB)	Jussara Cony (PMDB)
Santa Catarina 4.096.000 hab. 2.250.000 eleitores	Pedro Ivo Campos Wilson Kleindubrin Amilcar Gazaniga Raul Günter	PMDB PFL/PTB/PDC PDS PT	João Guizoni (PCdoB)	--
Paraná 8.074.000 hab. 4.186.000 eleitores	Alvaro Dias Alencar Furtado Emanuel Appel Teolino Mendonça	PMDB/PMD PMB/PFL/PDT/PJ PT PMC	--	Télia Negrão (PMDB)
São Paulo 29.657.000 hab. 14.329.000 eleitores	Orestes Quércia Antônio Ermirio Eduardo Suplicy Paulo Maluf	PMDB PTB/PL/PSC PT PDS/PFL/ PMD/PDC/PPB	Aurélio Peres, Aldo Rebelo, Lílian Martins, Fernando Pupo, Rubens Lanelli, Fábio Caldas Mesquita, Tadeu Ribeiro, Adónis Bernardes, Roberto Néias Carvalho, Denis Carvalho, Juarez Prado, Henrique Francé, André Luís Martin, Maria do Socorro, Odair Faisca, Geraldo Coíreia, Miguel Carvalho, Ivan Calais, Isaldo da Silva, Caio Carneiro, José Feitosa, José Molina, José Carlos, Elisa Helena, Paulo Mota, João Batista, Tânia Andrade, José Messias, Rui Satoshi, Antônio Vanderlei Cardoso, Joel Batista (PCdoB).	Benedito Cintra, João Bosco, Jamil Murad, Anna Maria Martins, Gilberto Natalini, Sidney Gobetti, Neleu Alves, Elgito Boaventura, Maria Saraiva, Enéas Rodrigues, Antônio Fernandes, Ivan Prado, Luís Carlos Oliveira, Cláudio Lemmi, Ivan Bonfim, Raquel Guizoni, Newton Nogueira, César Augusto Caetano, Benedito Antônio Neto, Marcelo Toledo, Francisco Freitas, Clélia Ribeiro, Vera Lúcia da Silva, Maria Eleuza, Luísa Cordeiro, Mário Cordeiro Filho, Terezinha Flor da Costa, Luís Carlos Pereira Nenê, Flávio Costa, Maria Cecília, Maria Noélia, Antônio Casagrande, Isamu Ito, Maria Aparecida Correia, Luís Carlos da Luz, Arlete Macedo, Soraya Sartori, Marcelo do Amaral, Carlos Ernani Almeida, Neide Aparecida, Antônio Roberto Emídio, Laércio Pires, Aparecido Custódio Maomé, Sidney Lima, Antônio Aparecido Forfe, Roque Soares, Jordemo Zanelli, Geraldo Moreira, Jair Oliveira, Roberto Meneses, Maria José (Majô), Roberto de Luca Guimard Cardoso (PCdoB)
Rio de Janeiro 12.767.000 hab. 6.805.000 eleitores	Moreira Franco Darci Ribeiro Aarão Steinbuch Sinval Palmeira Fernando Gabeira Celso Brandt	PMDB/PFL/ PTB/PCB/PCdoB** PDT Passart/PS/PRP PSB PT PMN	Edmilson José Valentim (PCdoB)	Jandira Feghali (PCdoB)
Minas Gerais 14.600.000 hab. 7.036.000 eleitores	Newton Cardoso Itamar Franco Murilo Badaró Fernando Cabral	PMDB PL/PFL/PDT/PCB/ PTB PDS/PDI/PPB/PSC PT	Sérgio Miranda (senador, PCdoB), Célio de Castro (PMDB)	Dalva Estela Rodrigues, José Ferreira, Jô Moraes, Benedito Porto, Edson Lima, Ércio Sena, Wilson Pinheiro, Luís Amaral, Luís Carlos Alves, Arlindo Damiano, Ariosvaldo Figueiredo, Sessando Alves de Brito (PCdoB)
Espírito Santo 2.287.000 hab. 1.051.000 eleitores	Max Mauro Élcio Alvares Arlindo Vilaschi	PMDB/PCdoB/PCB PDT/PSB/PMN PFL/PTB PT	--	João Martins (PCdoB)
Bahia 10.731.000 hab. 4.531.000 eleitores	Waldir Pires José S. Obidim Josaphat Marinho	PMDB/PCdoB/ RSC**431 25 2100 PFL/PDS/PTB	Haroldo Lima, Lídice da Mata (PCdoB)	Luís Nova, Javier Alfaya (PCdoB), Wandilson Costa (PMDB)
Sergipe 1.287.000 hab. 500.000 eleitores	Antônio C. Valadares José Carlos Teixeira Tânia da Silva	PFL/PSB/PCdoB/ PCB/PL PMDB/PDS/PTB/ PDT PT	--	Edivaldo Nogueira (PCdoB)
Alagoas 2.245.000 hab. 775.000 eleitores	Fernando Collor Guilherme Palmeira Ronaldo Lessa	PMDB/PCdoB/PTB/ PSC PFL/PDS PSB/PL/PCB/PDT	Eduardo Bomfim (PMDB)	Alba Correia, Luciano Barbosa (PMDB)
Pernambuco 6.776.000 hab. 2.607.000 eleitores	Miguel Arraes José Mucio Monteiro	PMDB/PCdoB/ PMB/PCB/PH**** PFL/PDS/PSC/ PL/PDC	Luciano Siqueira (PMDB)	Lúcio Monteiro, Renildo Calheiros (PMDB)
Paraíba 3.016.000 hab. 1.308.000 eleitores	Tarcísio Burity Marcondes Gadelha Carlos Alberto	PMDB/PCdoB/ PCB/PL/PMB PFL/PDS/PTB/PDC PT	--	Simão Almeida (PMDB)
Rio Grande do Norte 2.126.000 hab. 1.027.000 eleitores	Geraldo José Melo João Faustino Aldo Tinoco Sebastião Carneiro	PMDB/PCdoB/PCB PDS/PFL/PTB PDT PT	--	Glênio Sá (PCdoB)
Ceará 5.893.000 hab. 2.375.000 eleitores	Tasso Jereissati Adauto Bezerra Haroldo Coelho	PMDB/PCdoB/ PDC/PCB PFL/PDS/PTB PT/PSB	Inácio Arruda (PCdoB)	Benedito Bizerril (PMDB)
Piauí 2.430.000 hab. 1.039.000 eleitores	Alberto Silva Freitas Neto Nazareno Fonteles	PMDB/PDS/ PCdoB/PCB**** PFL/PDT PT	Manoel Domingos (PMDB)	Modesto Paulino (PMDB)
Maranhão 4.641.000 hab. 1.597.000 eleitores	Epitácio Cafeteira João Castelo Delta Martins	PMDB/PFL/ PCdoB/PTB/PCB PDS/PMB/PL PT/PSB	Luís Pedro (PMDB)	Bartolomeu Cavalcanti, Walter César (PCdoB)
Pará 4.201.000 hab. 1.706.000 eleitores	Hélio Gueiros João Menezes Avelino Ganzer Carlos Levy	PMDB/PDS/PTB/ PCdoB/PCB**** PFL/PDT PT PMB	Paulo Fonteles (PMDB)	Neuton Miranda, Socorro Gomes (PMDB)
Amazonas 1.728.000 hab. 620.000 eleitores	Artur Virgílio Neto Amazonino Mendes Djalma Passos Marcus Barros	PSB/PCdoB/PDT/ PTR/PDC/PJ PMDB/PFL/PCB/ PH/PMB PDS PT	João Pedro (PSB)	Eronildo Bezerra, Plácido de Castro, Mário Barros, Antônio Levino, Vanessa Graziotin, Paulino Costa, José Marinho, Lúcia Antony, Calisto Pereira (PCdoB)
Acre 358.000 hab. 130.000 eleitores	Flaviano Melo Mário Maia	PMDB/PTB/ PCdoB/PCB PDT/PDS/PFL	Manoel Pacífico (PMDB)	Paschoal Muniz (PCdoB)
Rondônia 731.000 hab. 305.000 eleitores	Jerônimo Santana Odacir Soares Zuca Marcolino José Athala Manoel Izú	PMDB PFL/PDS/PDC PSB PDT PT	Orlandine Santiago, Estevaldo João da Silva, Ataíde Pinto (PCdoB)	Elizaldo Uchoa, Manoel Izídio, Jucélio Freitas, João Nelson, Glória Maria Dantas, Maria José Gama, Vera Lúcia Pereira, Elcemir Castro, Maria Inês Alves (PCdoB)
Mato Grosso 1.480.000 hab. 683.000 eleitores	Carlos Bezerra Frederico Campos Vicente Ávila	PMDB/PCdoB/ PSB/PSC PMB/PDS/PTB/PL PT	--	Aluísio Arruda (PCdoB)
Mato Grosso do Sul 1.604.000 hab. 795.000 eleitores	Marcelo Miranda Lúdio Coelho Luís Landes	PMDB/PFL/PCB/ PDT PTB/PDS PT	Henrique Coelho de Souza, Sidnei Fava, Jesuino Ribeiro (PCdoB)	Maria Soto Palermo, Ana Cláudia da Silva, Lauro Bulaty, Damarci da Costa, Francisco Fava, Maria Bulaty, Rosana Otano da Rosa, Guaraci de Almeida, Maria Cristina (PCdoB)
Goiás 4.453.000 hab. 2.149.000 eleitores	Henrique Santillo Mauro Borges Darci Acorsi Paulo Villar	PMDB PDC/PFL/PTB/ PDT/PSB PT PCB	Aldo Arantes (PMDB)	Euler Ivo, Denise Carvalho, Egnar José, Nicanor Rodrigues, Tião da Paz, Wellington Melo, Israel Lelo, Eurípides Castro, João de Deus (PCdoB), Edmundo Galdino (PMDB)
Distrito Federal 1.579.000 526.000	não há	PMDB/PS/ PCdoB/PCB PDT/PJ PDS/PPB PFL PT	Fernando Tolentino (PMDB)	não há

\* População estimada pelo IBGE para dezembro de 1985, eleitorado segundo estimativa sujeita a correções segundo o resultado do recadastramento  
\*\* Quadro ainda não formalizado  
\*\*\* O PT baiano decidiu dar "apoio crítico" a Waldir Pires, mas foi proibido de fazê-lo pelo Diretório Nacional petista  
\*\*\*\* A candidatura Arraes conta ainda com apoio de um setor do PDT, enquanto que a direção pedetista faz coligação branca com o PFL/PDS  
\*\*\*\*\* No Piauí e Pará, a coligação do PMDB com o PDS foi feita a despeito dos protestos dos setores progressistas, inclusive os comunistas



Convenção da frente "Muda Amazonas"; com ela e dezenas de outras, definiram-se os campos

# Quem é quem na eleição

Findo o prazo para as convenções do partido, definiu-se o panorama das forças que se enfrentarão nas urnas de novembro. O quadro ao lado retrata as candidaturas e coligações para os governos estaduais, e também as listas do Partido Comunista do Brasil, que pela primeira vez desde a cassação de seu registro em 1947 concorre à eleição com sua própria legenda.

Em todas as unidades da Federação as convenções definiram, com maior ou menor nitidez, os setores políticos que disputarão as 559 cadeiras na Assembléia Constituinte e os governos dos Estados. Apenas em Minas Gerais, onde a convenção do PMDB terminou

com uma vitória do conservador ex-prefeito de Contagem, Newton Cardoso, a situação ainda se apresenta indefinida, com o arco progressista, que apoiou o deputado Pimenta da Veiga como candidato, estudando as alternativas possíveis para a sucessão estadual. Na maioria dos Estados, os segmentos democráticos se aglutinam em torno de candidatos do PMDB ao governo, às vezes através de coligações interpartidárias e às vezes por meio de alianças políticas. O PC do B participa delas em geral com candidatos próprios à Constituinte e às Assembleias Legislativas, mas muitas vezes apóia candidaturas lançadas por outras legendas, mas identificadas com uma plataforma política progressista ou ainda combina os dois procedimentos.

# Quércia programa grande comício na Praça da Sé

"Arrancada para a vitória" - é a palavra de ordem que mobiliza as bases da ADP - Aliança Democrática Popular - para o primeiro grande comício da candidatura Orestes Quércia na capital paulista. Marcado para o próximo dia 29, na Praça da Sé, a manifestação, segundo seus organizadores, deverá reunir algumas dezenas de milhares de pessoas. Os partidos que compõem a ADP pretendem trazer caravanas do maior número possível de municípios interioranos, mas asseguram que o principal esforço de mobilização vai se dar na capital e nos municípios da Grande São Paulo, que até agora aparecem como o calcanhar de Aquiles do candidato peemedebista.

Criada em fins de julho, a ADP é uma aliança política entre o PMDB, o PC do B, o PSB e o PCB de São Paulo, visando cumprir as funções da coligação que a convenção peemedebista terminou não votando. E o comício do dia 29 aparece como seu batismo de fogo, numa circunstância difícil, onde Paulo Maluf, o candidato da extrema direita paulista e brasileira, figura em primeiro lugar nas prévias eleitorais, embora com votação pouco acima ou às vezes até abaixo dos 20%.

Para vencer o desafio, as bases da ADP prometem fazer uma convocação intensiva do comício, buscando capitalizar o entranhado sentimento antimulista da população de São Paulo, consolidado nos últimos anos da resistência à ditadura e especialmente na campanha das Diretas Já. A convocação está sendo organi-

zada não só por bairros mas também por fábricas e escolas, nas duas sextas-feiras anteriores ao dia 29, que também cai numa sexta, os próprios candidatos majoritários participarão de passeatas no centro da cidade, reforçando o chamado ao povo. O PC do B, empenhado em "empurrar para baixo" a ADP, conforme as palavras de seu presidente regional, Antônio Barbosa Neto, pretende dar uma ênfase especial à convocação ao nível das fábricas, onde serão distribuídos cerca de 2 milhões de panfletos.



Almino Affonso (acima) promete que Quércia sairá vencedor após a "batalha de agosto" na capital



Foto: Luiz Carlos Leite

# PC do B-Roraima faz convenção e lança candidaturas próprias

Pela primeira vez na história do Território Federal de Roraima - 109 mil habitantes, 45 mil eleitores, no extremo norte do país - o Partido Comunista do Brasil realizou uma convenção regional, no último dia 3, na Câmara de Vereadores de Boa Vista.

Em Roraima só haverá eleição para deputados constituin-

tes, pois os Territórios Federais não possuem Assembléia Legislativa nem representação no Senado e seus governadores são nomeados e não eleitos. Levando em conta esta circunstância, e analisando o quadro político local, onde os partidos tradicionais encontram-se desacreditados e isolados do povo, o PC do B decidiu

não fazer coligação e lançar três candidatos à Constituinte por sua própria legenda. Roraima disporá de quatro cadeiras na Constituinte.

Foram escolhidos os nomes de Carlos Libório, protético, presidente da Associação dos Garimpeiros de Roraima, coordenador do Movimento Popular de Boa Vista e um dos articuladores da CGT no Território; Marcos Montenegro, professor, diretor da Associação dos Professores de Roraima, presidente da Federação Roraimense de Teatro Amador; e Melquíades França, funcionário público aposentado, velho comunista, presente no levante da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Norte, em 1935. O partido entende que a campanha será um momento privilegiado para reforçar suas fileiras e levar às amplas massas as suas propostas democráticas para a Constituinte (da sucessão)



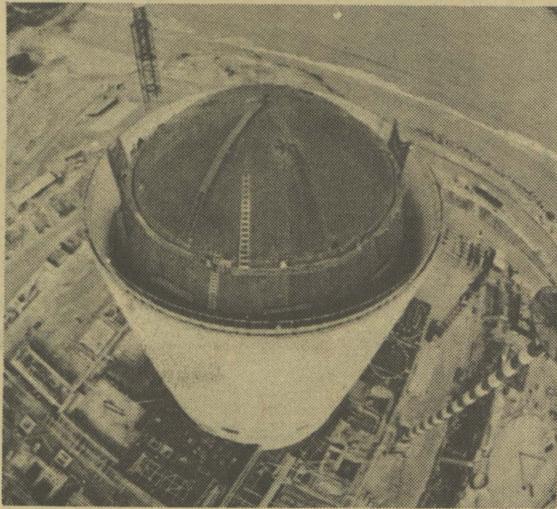
# Governo ignora o povo e mantém o programa nuclear

Ignorando a opinião predominante na comunidade científica do país e contrapondo-se aos interesses do povo brasileiro, o governo Sarney decidiu dar continuidade ao malfadado programa nuclear, procedendo apenas a uns insignificantes "ajustes" no seu desmoralizado cronograma.

Sua intenção é assegurar a construção das usinas de Angra II e Angra III até 1992 e 1995, respectivamente, e "manter as relações de cooperação com a República Federal da Alemanha, inclusive quanto às suas implicações financeiras". As decisões sobre instalações de outras centrais nucleares (o acordo com a Alemanha prevê a implantação de oito até o ano de 1990) foram adiadas até 1989.

## DECISÃO ARBITRÁRIA

Ao lado disto, deverão ser adotadas outras iniciativas de menor alcance, como a promoção de entendimentos conjuntos com a Argentina no campo nuclear e o estudo do contrato da Nuclebrás com a multinacional francesa Uranium Pechiney Kuhlmann para a constru-



Gastos astronômicos com usinas nucleares improdutivas

ção de uma usina de conversão de óxido de urânio, que poderá ser interrompida.

É deplorável o caráter arbitrário e antidemocrático de que se revestiram essas decisões, sobretudo quando se considera a magnitude do programa, sob vários aspectos nocivo aos interesses nacionais. A comunidade científica do país debateu amplamente o problema e, como diz o físico José Zatz, "produziu documentos

sérios, ponderados e bem fundamentados, que jamais foram considerados nas áreas governamentais".

Os ministros militares têm declarado que o domínio da tecnologia nuclear é fundamental para o desenvolvimento do país. Porém, não é este o problema que está colocado. Não se trata de definir, genericamente, se é bom ou ruim o controle desse tipo de tecnologia. Em

primeiro lugar, cabe analisar o programa nuclear existente, o acordo com a Alemanha.

## DISPARATE

Esse programa não traz vantagens ao país do ponto de vista tecnológico ou econômico. Resultará no aprofundamento da dependência no setor, ao mesmo tempo que implica em gastos astronômicos, constituindo um verdadeiro disparate, um acinte a nação. Até o momento, o programa já consumiu 4,24 bilhões de dólares em investimentos e mais 3 bilhões de dólares em juros e outros encargos contraídos junto aos bancos alemães.

A intenção dos militares que assinam o acordo com a Alemanha é desenvolver a tecnologia militar na área bélica. Em poucas palavras, fabricar a bomba. Só aí que o programa encontra sua lógica. Evidentemente, tais intentos são contra os interesses do povo e da nação. A solução democrática, neste caso, reside, antes de mais nada, na suspensão pura e simples do programa, como propôs a SBPC.



Foto: Walter Firmo

Indústria brasileira de informática: na alça de mira da IBM & companhia

# EUA investem contra computador nacional

Foram interrompidas bruscamente, num ponto de atrito, as conversações entre os governos brasileiro e norte-americano sobre a indústria de informática. A última reunião, entre o secretário-geral do Itamaraty, Flecha de Lima, e o representante especial dos EUA, Clayton Yeutter, em Paris, segunda-feira dia 11, terminou sem data para um novo contato.

## QUANDO SETEMBRO VIER

Os observadores falam em "colapso" e "zona de turbulência". É que os monopólios norte-americanos, com a poderosa IBM à frente, não se conformam nem se conformarão com a lei brasileira de reserva de mercado, que protege a indústria nacional de computadores. Estão decididos a quebrá-la, por bem ou por mal, ou ainda combinando as duas formas. Em Paris o Brasil não cedeu, e daí o mau-humor americano. Outra conversação, prevista para antes do encontro Sarney-Reagan, em 10 de setembro, foi suspensa. E, ao mesmo tempo em que endurece na diplomacia, o imperialismo estadunidense aciona seu pau-mandado no Congresso Nacional, o senador Roberto Campos, que

entrou com uma ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal.

Também em setembro, no dia 16, Reagan deverá decidir se inicia ou não uma escalada nas retaliações comerciais contra o Brasil, com base no Trade Act norte-americano, em resposta às resistências brasileiras em abrir o mercado nacional de informática para as empresas multinacionais. Os interesses em jogo são consideráveis - pois o setor de computadores, no Brasil, já movimenta perto de 2 bilhões de dólares anuais. E pior ainda, para as multinacionais, é a possibilidade de outros países seguirem a via brasileira.

As pressões, portanto, tendem a avolumar-se quando setembro vier. Para resistir a elas, os setores interessados no avanço da informática brasileira já articulam aquilo que os profissionais de processamento de dados batizaram de "campanha anti-imperialista", em defesa da reserva de mercado. Segundo sindicalistas da categoria, é precisamente este conteúdo, antiimperialista, que precisa vincar a política nacional de informática, se é que o país deseja de fato possuir uma informática própria.

# Luiz Caetano incrimina prefeito biônico que assaltou Camaçari

O prefeito de Camaçari, Luiz Caetano, encaminhou recentemente à Justiça 12 ações cíveis e criminais contra o ex-prefeito deste município baiano, Humberto Ellery, por corrupção e desvio de dinheiro público. As ações envolvem cerca de 10% da dívida de Cz\$ 150 milhões deixada pela administração anterior e prevêem penas de até 12 anos de prisão.

Ao entregar ao juiz Clésio Carrilho Rosa os processos incriminando os corruptos da gestão passada, Luiz Caetano disse que cumpria mais um compromisso de sua campanha eleitoral. O jovem prefeito também chamou atenção para o fato de que ali estava a ponta de véu das irregularidades praticadas no município durante 11 anos. "Outros casos estão sendo apurados e brevemente traremos à Justiça novas ações", afirmou.

Uma das principais ações encaminhadas à Justiça incrimina o ex-prefeito pela contratação ilegal de mais de 11 mil funcionários públicos, a partir de 15 de julho de 1985 - o que é proibido pela lei eleitoral. Humberto Ellery, um coronel reformado do Exército nomeado prefeito em 1974 (Camaçari era considerada "área de segurança nacional", em função do Polo Petroquímico que sedia) foi mantido no cargo durante a ditadura militar. Caiu com as eleições diretas, no ano passado.

## BIQUINIS E SUTIÃS

Durante todo esse tempo, ele foi alvo de críticas e denúncias de corrupção feitas principalmente pelo então líder comunitário e depois vereador Luiz Caetano. Mas jamais as denúncias foram apuradas, porque Ellery tinha a sustentação do regime militar que o nomeou, principalmente do ex-presidente Ernesto Geisel. Em setembro do ano passado, Geisel, que preside a Norquisa (holding que engloba empresas do Polo como a Copene e a Petroquisa), reuniu empresários para "solicitar" deles empenho na eleição do candidato do PDS, José Tude. Tude, um servidor do prefeito biônico era superintendente da Decasa (Desenvolvimento de Camaçari), empresa da administração municipal, principal foco de corrupção.

Através da Decasa, o funcionário Neilton Araújo,



O juiz Clésio Rocha (sentado) garantiu que dará andamento ao processo com urgência

por exemplo, recebia adiantamentos em dinheiro para posterior prestação de contas. Com esse dinheiro, comprava todo o tipo de mercadoria para fornecer a eleitores. Nas notas fiscais apresentadas havia de tudo: biquinis, sutiãs, contas de restaurantes e até 35 quilos de carne de cachorro - em cuja a nota alguém acrescentou a palavra "quente", ridicularizando ainda mais a irregularidade.

Foi pedido, ainda, o enquadramento de José Tude no artigo 168 do Código Penal, por ter desviado móveis da Fundação de Educação do Município para o seu comitê eleitoral. Clemir Nabuco e a Memphis Publicidade responderão a processo por patrocinarem com recursos públicos a campanha do PDS. A Memphis recebeu da Decasa, somente em outubro, mais de Cz\$ 1 milhão pela produção e criação de "programação visual". Nas faturas lêem-se apenas que as peças produzidas foram bottons, chapéus, chaveiros, bastante conhecidos pelo povo de Camaçari nas eleições do ano passado.

## CHAVE DE OURO

Além das ações criminais, o ex-prefeito e seus auxiliares responderão também por ações cíveis que, no caso das contratações ilegais, implicarão na devolução dos salários pagos de julho a dezembro do ano passado, em torno de Cz\$ 4 milhões. Os casos mais absurdos envolvem o ex-candidato do PDS, José Tude, e seu substituto na Decasa, Clemir Castro.

O prefeito Luiz Caetano acha que encerrou o primeiro semestre de sua administração com chave de

## Atitude inovadora

Numa ação corajosa e inovadora, o prefeito de Camaçari, Luiz Caetano afastou do cargo o funcionário Renato Antunes, encarregado do setor de limpeza urbana da Limpec (empresa pública), no último dia 7. Este, sem nenhuma autorização superior, chamou a polícia para reprimir os garis que realizavam uma manifestação de protesto contra o atraso dos salários. Antes mesmo da demissão, o prefeito já havia autorizado a antecipação do pagamento para os 165 garis - o que pôs fim ao movimento reivindicatório.

## ATRASO DOS GARIS

"O funcionário tomou uma decisão precipitada e inexperiente", explicou Caetano, ao anunciar o afastamento de Antunes. Para o prefeito, "num governo democrático e popular como o nosso, é incompatível a presença de policiais em movimento de trabalhadores". Afastado o funcionário, pago os garis e terminado o movimento, o prefeito revelou que não medirá esforços para pagar rigorosamente em dia os servidores municipais.

O atraso do pagamento dos garis da Limpec teve

origem nos atos de perseguição e discriminação adotados pelo governo do Estado contra Camaçari - que é administrada pela oposição. O incidente foi contornado imediatamente pelo diretor-superintendente da Limpec, Raimundo Martins Pinheiro, que conversou com os funcionários. Cerca de 50 dos 200 garis da empresa, revoltados com o atraso do salário de julho, fizeram manifestação de protesto em frente à "Casa do Gari", e ensaiaram uma greve.

Raimundo Martins dialogou com os manifestantes e explicou que o atraso tinha ocorrido porque o Baneb (banco do Estado) sacou inesperadamente Cz\$ 3 milhões da conta de ICM do município. Ele também garantiu que o salário seria pago até o dia 7 de agosto. A maior parte dos servidores, convencidos com os argumentos do superintendente da Limpec e do advogado da empresa, Sérgio Paiva, retornaram ao trabalho, esvaziando o movimento. E a direção da Limpec anunciou que não punirá nenhum dos trabalhadores, mesmo aqueles que insistiram em não trabalhar até o dia do pagamento. (da sucursal)

# Lançamento de Luciano reúne 7 mil em Arapiraca

Arapiraca, a segunda cidade em importância e população de Alagoas, centro produtor de fumo, presenciou no dia 10 uma das maiores manifestações políticas ali acontecidas: o comício-show de lançamento da candidatura à Assembléia Legislativa do jovem engenheiro Luciano Barbosa, um dos candidatos populares do PMDB que apóia Eduardo Bomfim para a Constituinte. Foram mais de 7 mil pessoas no largo dom Fernando Gomes, no centro da cidade.

O comício-show foi animado pela participação especial de dois grupos musicais, o Cio da Terra e o cantor e compositor Beto Barbosa e sua banda Chapéu de Couro. E teve a característica principal de reunir a juventude em torno de uma candidatura que está empolgando. Mostrou também que em Arapiraca o apoio a Eduardo Bomfim vai crescendo cada vez mais. Este presente ao comício show o candidato a senador Mendonça Neto, do PMDB, apoiado por

Luciano e Bomfim.

A presença da juventude foi maciça. Estudantes, trabalhadores de vários setores, universitários (Arapiraca tem uma faculdade com cerca de 1 mil alunos), pequenos e médios agricultores do fumo estão dando apoio a Luciano. São verdadeiros guerreiros da campanha que "vestiram a camisa" e vão às ruas, percorrem bairros, mobilizam o povo no apoio ao candidato.

Eduardo Bomfim chamou a atenção da juventude para a importância de voto, principalmente para aqueles que vão votar pela primeira vez: "Este seu primeiro voto é muito importante, porque será o voto que elegerá nossa bancada na Constituinte. Que ele seja um voto livre, um voto nos candidatos populares do PMDB, que levem para o Congresso Nacional e para a Assembléia Legislativa os candidatos em que a juventude acredita, candidatos de luta comprovada". (da sucursal)

# Bispo de Lorena apóia candidatos do PC do B

"A nossa Igreja está aberta para apoiar as iniciativas do PC do B em qualquer nível". Este é um trecho da carta enviada pelo bispo diocesano de Lorena, dom Antônio de Azevedo, da Igreja Católica Eucumênica e Renovada, ao dirigente regional do Partido Comunista do Brasil em São Paulo, Rubens Vaz Ianeli.

Em sua carta, o bispo de Lorena se propõe a "cooperar para que o Partido Comunista do Brasil possa eleger o maior número possível de elementos para a Assembléia Legislativa e para a Constituinte". E continua: "É muito importante que na Assembléia Nacional Constituinte haja a partici-

pação atuante de pessoas que representam os legítimos interesses da classe operária".

Dom Antônio de Azevedo considera que o Brasil "espera pelas verdadeiras reformas de estruturas, que possam dar às classes trabalhadoras uma vida social mais justa e mais humana, razão pela qual todos nós temos uma grande responsabilidade na escolha daqueles que vão compor a Assembléia Nacional Constituinte".

O bispo diocesano manifestou simpatia pelas candidaturas de Elisa Helena de Carvalho Santos (à Constituinte) e João Bosco (à Assembléia Legislativa) do PC do B.

Leia e Assine  
**TRIBUNA OPERÁRIA**  
 Centro de Documentação e Memória  
 Talão de Assinaturas, Pag. 9  
 Fundação Maurício Grabois

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Um novo projeto em elaboração

O Brasil atravessa uma fase de grande ebulição política, apesar das tentativas de manter o povo à margem do processo. A grande burguesia apossou-se do governo e trata de construir o Brasil de acordo com seus planos - para isto procura inclusive desestruturar as oligarquias regionais de Minas e de São Paulo, e, de certo modo, do Rio Grande do Sul, que durante muito tempo se revezaram no poder.

## PROJETO NACIONAL

É um projeto de certa maneira novo, de alcance nacional. Mas não é de natureza progressista. Não se trata mais da burguesia do capitalismo florescente, mas sim do capitalismo decadente. Mesmo assim apresenta certas características de mudanças.

O projeto da grande burguesia pretende dar prioridade ao setor industrial, em detrimento do setor financeiro, que dominou até agora em estreita vinculação com o capital internacional. Procura promover um desenvolvimento com relativa autonomia, sem entretanto romper com o modelo dependente existente. Almeja também realizar mudanças no campo, embora sem um rompimento radical com o latifúndio. Busca ao mesmo tempo renegociar a dívida externa em condições mais vantajosas, oferecendo resistência às exigências descabidas do imperialismo.

Ao promover este tipo de mudanças, a grande burguesia quer o apoio popular. Mas visa subordinar os trabalhadores aos seus interesses. Não trata de liquidar pela repressão com os movimentos de massas, como tentou fazer por 21 anos a ditadura militar. Seu plano é de manter as lutas populares dentro de limites reivindicatórios "razoáveis" e permitir um movimento oposicionista domesticado.

## APOIO E LUTA

Diante deste quadro não se pode repetir erros do passado. Em 1930 a vanguarda do proletariado adotou uma postura estreita, purista, deixando as bandeiras democráticas nas mãos da burguesia e colocando-se à margem, com uma crítica vazia. Deixou campo aberto para a burguesia estender a sua influência sobre as massas populares. Em 1955, durante o período do "desenvolvimentismo" encabeçado por Juscelino, o proletariado organizado colocou-se a reboque do projeto burguês, abrindo mão de sua independência de classe.

Hoje a situação é diferente. Mas as lições do passado têm imenso valor. Apoiar os aspectos positivos das mudanças - mesmo que limitadas - e usar a mobilização de massas para aprofundá-las é questão chave para não se isolar do movimento político em curso. Defender estas mudanças contra os ataques que lhes são dirigidos pela reação e pelo imperialismo constitui um meio importante para mobilizar as massas e ajudá-las a fazer sua própria experiência. Por outro lado, combater as manobras que visam afastar as massas da luta revolucionária, desmascarar as medidas de caráter conservador, representam tarefa da maior importância para manter a independência e educar o povo. No período em que vigoram as liberdades democráticas, este procedimento ajuda a acumular forças para os grandes embates que numa sociedade de classes são inevitáveis.

## TAREFA DOS TRABALHADORES

O governo atual não pode prescindir do apoio popular mas, de outra lado, é sensível às pressões - cedeu à direita em diversas ocasiões. Mantém uma postura democrática mas joga pesado para montar um esquema que domine a Constituinte. Apoiar as medidas positivas e combater o aspecto conservador é o que compete aos trabalhadores. (Rogério Lustosa)

## DE OLHO NO LANCE

## O uso do cachimbo...

Jaime Saltchuk e Tadashi Nakagomi foram presos pela Aeronáutica quando investigavam a história da base militar de Cachimbo no Pará, que pode se destinar a testes nucleares. Imediata reação dos meios democráticos fez com que os militares recuassem e os jornalistas fossem soltos. E logo em seguida o ministro Moreira Lima saiu-se com a desculpa esfarrapada de que foi apenas um equívoco, que eles não foram detidos e sim apenas retidos para averiguações, pois "poderiam ser espões".

Trata-se na verdade de uma sobrevivência dos 21 anos de regime militar, onde a imprensa era sempre considerada como suspeita. Se a Aeronáutica não tem nada a esconder dos brasileiros, devia ser a mais interessada em que os meios de comunicação fossem ao local e colhessem o maior número de informações para esclarecer a população. Afinal muitas coisas já foram feitas neste país escondidas do povo. E tudo indica que continuam a serem feitas.

No caso, a investigação adquire maior importância uma vez que se especula que a área poderia ser usada para testes subterrâneos. E a opinião pública brasileira condena veementemente a colaboração do Brasil no esforço de proliferação de armas nucleares.

O Brasil é um país doente. A cada ano morrem 300 mil crianças por doenças evitáveis. As doenças infecciosas e parasitárias continuam contribuindo de modo importante para a mortalidade, particularmente de menores de um ano, onde 100 em cada mil nascidos vivos morrem, em média, no país. A fome é uma das maiores chagas endêmicas do país, atingindo cerca de 85 milhões de brasileiros. Num momento em que a nação repensa o Brasil, com a eleição da Constituinte, essa situação não pode ser deixada de lado.

Vão ganhando importância nos grandes centros as enfermidades oriundas do desenvolvimento. As doenças da miséria coexistem com o elevado número de mortes por causas violentas e com o recorde mundial de acidentes de trabalho. As mortes por doenças cardiovasculares e neoplásicas (tumores cancerígenos) já alcança a ponta na estatística de mortalidade nas grandes cidades.

As desproporções nos indicadores de saúde são gritantes, refletindo a acentuação brutal das desigualdades sociais e regionais. Diferenças de até 30 anos na esperança de vida ao nascer são observadas entre grupos populacionais do Nordeste e do Sudeste: a mortalidade infantil em alguns grupos populacionais do Sudeste chega a 15 por mil, mantendo-se em patamares alarmantes de 200 por mil em áreas mais carentes do Nordeste. Segue inalterado o quadro das doenças endêmicas e epidêmicas: subsistem 8 a 12 milhões de chagásicos, 1 milhão de tuberculosos, 200 mil doentes de hanseníase, 8 milhões de esquistossomóticos; a malária vitima 200 mil pessoas por ano. Recentemente vimos doenças como a febre amarela e a dengue apresentando milhares de casos.

Não bastasse esse quadro complexo em doenças manifestas, são enormes os riscos à saúde acarretados pela má qualidade do meio ambiente, gerada pela industrialização e urbanização desordenadas. Não temos ainda uma política de controle da qualidade de alimentos e medicamentos e, na zona rural, o uso de agrotóxicos é indiscriminado. Nunca é demais ressaltar o sério risco à saúde da população representado pelas usinas nucleares em operação no Brasil.

## Medidas corajosas e ousadas para garantir um nível de vida saudável

A situação é, portanto, grave e diversificada, comportando medidas corajosas e ousadas para abranger esse acúmulo de descalço histórico com a saúde do povo.

Nos primórdios do regime militar, em 1966, ocorreu a unificação dos institutos de aposentadorias e pensões (IAPs) com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), então ligado ao Ministério do Trabalho. Os trabalhadores foram alijados de sua gerência. O INPS passou a centralizar imensos recursos, arrecadados principalmente dos assalariados. Para execução dos serviços médicos, priorizou os convênios com o setor privado, passando a ser o seu principal financiador, oferecendo condições de rápido e intenso crescimento desse setor. As formas de remuneração adotadas, reembolsando a rede privada segundo "unidades de serviço" prestado, foram estigmatizadas como "fator incontrolável de corrupção".

A fim de facilitar essa estratégia - recursos a juros subsidiados, como os provenientes dos FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social) -, foram investidos no setor privado, de forma a tornar intransponível o fosso entre este setor e o público. A rede pública de assistência primária à saúde de maneira geral (centros de saúde, postos de assistência médica etc.) aumenta de forma insignificante, permanecendo no fundamental desaparelhada e desestimulada.

Enquanto isso, em 1981, cresceu o número de leitos hospitalares, dos quais 75% pertenciam ao setor particular. O Ministério da Saúde foi progressivamente esvaziado, com uma participação decrescente no orçamento da União, passando de 2,2% em 1968 a 0,9% em 1974, mantendo-se ainda hoje nestes níveis irrisórios. Perdeu totalmente o controle sobre a assistência à saúde, limitando-se a medidas de caráter preventivo de eficácia duvidosa. As doenças endêmicas permanecem, e as várias epidemias que surgem são o vivo testemunho dessa situação. Mesmo na Previdência Social, que concentrou a assistência médica, o Estado investiu cada vez menos recursos, caindo de 9,2% em 1967 para 4,7% em 1976 as verbas destinadas a esse fim.

## Um país doente e carente



Doentes já operados esperam vaga em quartos no corredor de um hospital em São Paulo; mostra do colapso do sistema

Proliferaram nesse vácuo de assistência à população as chamadas empresas médicas, com fins lucrativos, aparentemente oferecendo serviços de saúde de melhor qualidade, sobretudo a trabalhadores de grandes empresas. Mais recentemente abriu-se a possibilidade de implantação do seguro-saúde que, ao estilo norte-americano, busca sua faixa de lucro na classe média alta. Iniciativas de sobrevivência profissional como as cooperativas e o que restou da medicina liberal foram a alternativa encontrada pelos profissionais de saúde aviltados por essa estrutura mercantilista.

A estrutura atual de assistência à saúde revela-se, assim, um sistema desarticulado, discriminador e fortemente mercantilista, que presta um atendimento desumano e de péssima qualidade. Há incrível duplicação de recursos, representada pelos atendimentos prestados ao mesmo usuário em diversas instituições públicas. A oferta de serviços é altamente concentrada, havendo extensas áreas do território nacional sem nenhuma estrutura de atenção à saúde. Nos últimos anos, atingido pelo corrupção, pelo caos administrativo, pelas próprias contradições internas e pela crise econômica, esse sistema entrou em colapso.

Outras distorções vêm na esteira desse processo. O Brasil aparece em 1976 como o primeiro colocado no Mercado Mundial de Instrumentos do Setor Médico e Afins, emérito comprador de aparelhos sofisticadíssimos, adquiridos sem qualquer planejamento, alimentando a indústria multinacional de equipamentos. A título de exemplo: a quantidade de tomógrafos computadorizados instalada no Brasil seria suficiente para uma população de 500 milhões de habitantes. Na indústria de medicamentos a situação é dramática. Anos a fio esse setor industrial vem-se colocando como o segundo em remessa de lucros para o exterior. As multinacionais dominam o ramo da produção de remédios. A dependência na produção de medicamentos atenta contra a soberania nacional, quando se sabe que apenas 18% das 250 matérias primas utilizadas no país pela indústria farmacêutica são aqui produzidas. É de conhecimento público que apenas cerca de 300 remédios seriam suficientes para o atendimento de todas as patologias existentes; no entanto, temos mais de 43 mil licenciados, muitos quais fraudados ou proibidos em outros países, acarretando males incomensuráveis à saúde da população. A propaganda é livre e acintosa, apesar da legislação que a proíbe.

## Caminhar para a estatização dos serviços ligados à área de saúde

Necessário e imperativo será redirecionar a assistência à saúde no Brasil, visando o atendimento das necessidades do povo e não mais das empresas lucrativas e do capital estrangeiro. Nesse contexto, à Constituinte - que, além de estabelecer o processo de legitimação do poder e incumbências do Estado, disporá sobre os direitos e deveres do cidadão - caberá, mais do que nunca, inscrever a saúde como direito de cidadania.

Da mesma forma, deve-se atribuir ao Estado o dever de garantir condições dignas de vida e o acesso universal, igualitário e gratuito às noções e ações de saúde, em todos os níveis, a totalidade dos brasileiros, independentemente de sua condição social.

A saúde será encarada no seu sentido mais abrangente, resultante das condições de alimentação e moradia, de trabalho e transporte, de educação, saneamento e qualidade do meio ambiente, de repouso, lazer e segurança.

Mesmo reconhecendo que os serviços sanitários exercem importante influência no nível de saúde da população, essa influência é claramente limitada e insuficiente se isolada de outras medidas. Desse modo, a conquista da saúde como direito inalienável do cidadão e dever do Estado passa não apenas pela reorganização dos serviços de saúde, mas também pela realização de uma reforma tributária de caráter progressivo e descentralizador, enfim, por medidas de natureza progressista, democrática e patriótica, que certamente serão objeto de discussão e deliberação no Poder Constituinte.

## a) Quanto à assistência à saúde:

- É responsabilidade exclusiva do Estado a formulação, execução e controle da política nacional de saúde, visando a prestação de serviços nos níveis de atenção preventiva, curativa e de reabilitação em saúde. Tal responsabilidade será exercida através da criação de um único sistema nacional de saúde.

- O sistema nacional de saúde terá como núcleo fundamental os serviços públicos e os não-lucrativos (santas-casas, associações beneficentes, entidades de ensino). Admitirá a prática médica liberal e as formas cooperativas. Aplicará uma firme política de fortalecimento do setor público, com ampliação da rede de atendimento ambulatorial e hospitalar própria, melhoria da qualidade dos serviços e valorização dos profissionais do setor.

## A participação do povo na gestão do serviço de saúde deve ser garantida

- A participação do setor privado hospitalar se articulará com os sistema nacional de saúde como complementar, sob o caráter de serviço público "concedido", com contrato regido pelas normas do direito público e remunerado segundo convênios globais. Atenderá a normas ético-administrativas, podendo sofrer intervenção do poder público até à expropriação, em função dos interesses da comunidade.

- As demais formas de prática mercantilista de prestação de serviços de saúde, como os pré-convênios das empresas médicas, os seguros de saúde e a permissão para empresas estrangeiras atuarem no setor, serão terminantemente proibidas.

- A meta básica será a estatização do setor de saúde. Serão consignadas verbas próprias em orçamento da União, dos Estados e Municípios e a paulatina diminuição dos recursos previdenciários no financiamento da assistência médica. Fixar-se-á percentual máximo de gastos com o setor privado, cada vez menores e em nenhuma hipótese superiores aos destinados ao setor público.

Não serão feitos novos convênios com aquele setor.

- Serão criados fundos de saúde a nível da União, dos Estados e Municípios, com recursos provenientes, além de outras fontes, de impostos incidentes sobre a produção e comercialização de produtos e atividades nocivos à saúde: como cigarros, bebidas alcoólicas...

cas, poluição ambiental, utilização de agrotóxicos etc. Em nenhum caso será estabelecido o imposto sobre a força de trabalho para financiar o setor de saúde.

- O sistema nacional de saúde operará de forma regionalizada e descentralizada, com integração interinstitucional da União, dos Estados e Municípios, fortalecendo o papel destes últimos. Será garantida a participação popular em todos os níveis, através das entidades sindicais, das associações populares e profissionais, na formulação, execução e controle dos serviços e ações de saúde.

b) Quanto à priorização da saúde coletiva:

- Deverá ser destinado significativo percentual das verbas do setor de saúde para as ações de promoção e prevenção da saúde, com o objetivo de debelar as epidemias, impedir as epidemias e promover o saneamento das condições ambientais.

- O Estado assegurará rigoroso controle e fiscalização da produção, armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios, visando prevenir danos à saúde coletiva. Tal controle será realizado de forma unificada, por um órgão central, com a aplicação de normas padronizadas cuja infração será penalizada como crime contra a saúde coletiva.

- O Estado assegurará o direito à proteção, segurança e higiene do trabalho mediante a adoção de medidas adequadas para o controle e prevenção da insalubridade, dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais. O Ministério da Saúde, em articulação com o Ministério do Trabalho e órgãos do meio ambiente, contando com a participação de entidades sindicais, fiscalizarão as condições de trabalho e terão poder coercitivo sobre as empresas que colocuem em risco a saúde do trabalhador e da coletividade.

c) Quanto à indústria de medicamentos e equipamentos:

- O Estado instituirá a Quimiobrás, como monopólio estatal para a produção, a comercialização e a importação das matérias-primas básicas da indústria farmacêutica, dentro do princípio da soberania nacional nesse ramo estratégico.

- Proceder-se-á ao fortalecimento do setor público na produção de medicamentos e equipamentos de saúde. A CEME - Central de Medicamentos - será capacitada à pesquisa, produção e distribuição dos medicamentos básicos e garantirá a sua gratuidade em toda a rede pública. Será estatizada a produção e comercialização de imunobiológicos e de sangue e hemoderivados.

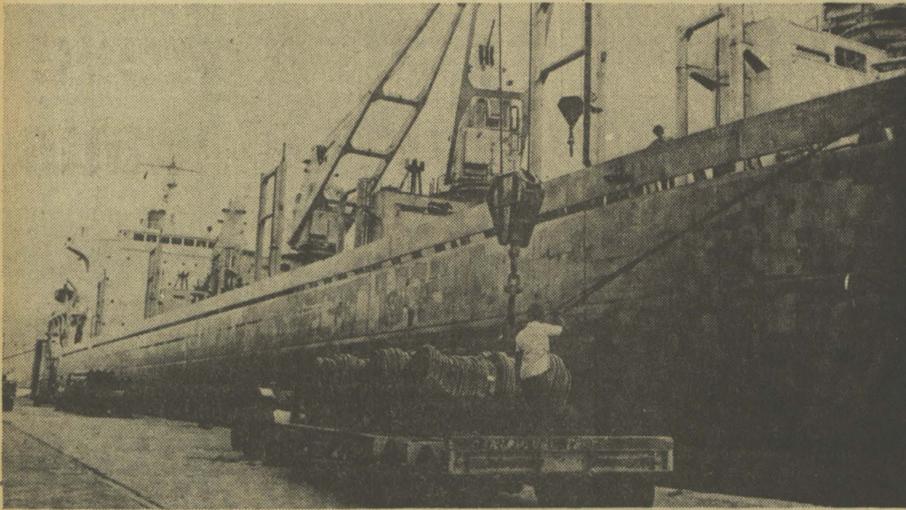
- Será proibida toda e qualquer forma de propaganda de medicamentos.

- Criar-se-á o Conselho Nacional de Medicamentos, no âmbito do Ministério da Saúde, com participação de órgãos científicos, de representantes de entidades organizadas na área de saúde, bem como de associações populares, visando o controle permanente dos produtos.

- Os Fundos de Saúde assegurarão verbas para uma política de desenvolvimento científico e tecnológico em saúde, estimulando a pesquisa de acordo com as necessidades da política nacional de saúde, para que o país se torne independente em termos de matérias primas e tecnologia de saúde.

(Walter Sorrentino)

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



Multinacionais querem monopolizar o transporte de cargas por navios no Brasil

## Múltis querem acabar com nossa marinha mercante

As grandes multinacionais e conglomerados financeiros - que hoje dominam o transporte marítimo mundial - querem eliminar a marinha mercante brasileira do mercado. Esta grave denúncia foi feita pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais. As empresas estrangeiras estão de olho nos 4 bilhões de dólares anuais que representam o faturamento das cargas brasileiras transportadas por navio.

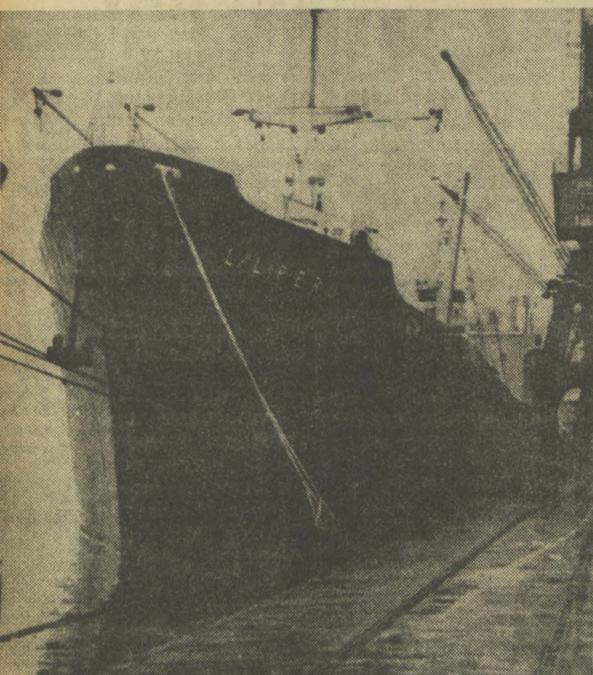
Os grandes armadores estrangeiros há vários anos vem tentando desnacionalizar a marinha mercante brasileira. Em parte já conseguiram seu intento, pois, atualmente, apenas 10% das cargas brasileiras são transportadas por navios próprios do Brasil. Os 90% restantes estão nas mãos das empresas estrangeiras.

Em julho o Ministério dos Transportes lançou um documento com a proposta da nova Política Nacional de Navegação e Marinha Mercante. Este documento traz alguns itens que podem levar à desnacionalização da nossa marinha mercante. Um deles inclui navios estrangeiros afretados por empresas nacionais como participantes da nossa frota. Esta medida poderá agravar a crise nos setores marítimos e de construção naval. Só no eixo Rio-São Paulo poderá ocorrer o desemprego de 100 mil trabalhadores da indústria naval e de 6 mil marítimos.

### Denúncias contra o sucateamento da construção naval

Preocupada com a desnacionalização do setor, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais distribuiu um documento mostrando sua posição a respeito. Transcrevemos abaixo trechos de sua denúncia:

"Os marítimos brasileiros vêm acompanhado com expectativa e preocupação, através de seus sindicatos, federação e confederação, a luta sem tréguas entre grupos nacionais e multinacionais na tentativa de manter prerrogativas, privati-



Navio brasileiro parado por causa do afretamento no exterior

zar as estatais e desnacionalizar a marinha mercante brasileira.

"Desde que se instalou a Nova República, tentativas vêm sendo feitas pra dar a mais apropriada solução à crise do setor naval e um novo direcionamento à política da marinha mercante. Nós, que desde o ano de 1978 estamos lutando e denunciando os excessivos afretamentos, o sucateamento da construção naval e a desnacionalização da marinha mercante brasileira, não tínhamos dúvidas do comprometimento das autoridades do governo anterior com o complot para acabar com a nossa marinha mercante.

"O trânsito fácil dos armadores chineses Y.K. Pao e C.I. Tung, nos corredores do poder em Brasília, e as concessões e associações da Docenave, com subsidiárias na Libéria e no Panamá já foram exaustivamente denunciadas pelo ponto-de-lança da evasão de divisas que somente no ano de 1985 alcançou US\$ 600 milhões, pagos pelos afretamentos, e US\$ 20 milhões pagos como *brokerage* (comissão), embolsados por patriotas da marinha mercante ou não.

### Marítimos estão céticos com as medidas do governo

"Como a Nova República ainda não disse ao que veio no setor de Trabalho e do Transporte Marítimo, permanece a expectativa.

"A começar pelo escândalo da Sunamam, herdado da administração do ministro Cloraldino Severo, que provocou a nossa manifestação conjunta com as categorias de metalúrgicos, engenheiros, portuários e estivadores, em meados do ano passado, resultando na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Sunamam, em nome (seminário) da Sobena, e agora numa proposta de revisão da política de marinha mercante, provocada pelo novo ministro dos Transportes, dr. Reinaldo Tavares, iniciada com a reunião de três dias no começo de maio - quando foram colhidas sugestões e subsídios de todos os setores envolvidos na indústria do transporte marítimo e fluvial para subsequente compilação e discussão num grande

seminário a ser realizado, segundo promessa do sr. ministro na primeira semana de julho, ou, segundo nova versão, ao final do mês de agosto.

"Convidados para o debate e participação em todos os painéis específicos, através da nossa confederação, nós marítimos fomos colocados numa posição de ceticismo, diante de medidas tomadas como resolução da Sunamam que concedeu 5% do frete conferenciado às empresas de *roll-on-roll-off* no longo curso.

"Isto mesmo momento que se propunha um seminário, amplo e democrático, sobre as eventuais soluções e caminhos que deveria tomar a marinha mercante brasileira, dando-nos a impressão de que iríamos a Brasília para legitimar medidas privatizantes e uma nova política desnacionalizante para a marinha mercante brasileira.

"Nosso receio deve-se a que as empresas contempladas, por não terem navios próprios, fatalmente aumentarão a quantidade de navios afretados sob bandeira de conveniência, com desemprego de mais marítimos e conseqüentemente a liquidação da frota mercante brasileira, sem poder de competição com essas multinacionais infiltradas na navegação marítima brasileira, acabando com o último baluarte na América Latina na luta dos países em desenvolvimento pela manutenção de marinhas mercantes próprias nacionais e soberanas - já que o México, a Venezuela, a Colômbia, o Chile e a Argentina foram eliminados ou tiveram reduzida a uma participação ínfima no transporte marítimo de e para estes países.

### Ação conjunta para eliminar a marinha mercante brasileira

(...) "Para reiterar tudo o que dissemos em nome dos marítimos aos senhores deputados afirmamos tratar-se de uma ação conjunta das grandes multinacionais e dos grandes conglomerados financeiros que hoje dominam o transporte marítimo mundial para eliminar a marinha mercante brasileira própria e nacional do mercado - a nós, marítimos, restaria a alternativa de sermos a massa de manobra para suprir bandeiras de conveniência juntando-nos a filipinos, coreanos, paquistaneses, chilenos, indianos, explorados e sem direitos na selva capitalista que se tornou o transporte marítimo internacional.

"Ao senhor dos Transportes e demais autoridades envolvidas queremos deixar ratificada a nossa disposição de colaborar para alcançar as soluções, mas também de reagir, de todas as formas possíveis aos trabalhadores, a qualquer tentativa de desnacionalizar ou privilegiar grupos.

(...) "Reconhecemos as dificuldades no estabelecimento da verdade e do correto equacionamento do problema, mas entendemos que deve passar obrigatoriamente pela *taxação dos afretamentos, apuração dos inquéritos*, principalmente o da Sunamam, *restauração da construção naval brasileira*, e, por último, ampla, aberta, transparente e democrática discussão de uma nova política por todos os segmentos da sociedade envolvidos, preferencialmente ratificados e homologados pelo Congresso Nacional".

## CGT nasce forte e com a marca da unidade em Alagoas

O I Congresso da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) em Alagoas foi a maior reunião sindical até agora realizada no Estado. Participaram no total de 43 sindicatos e associações de trabalhadores (dos quais 22 entidades de trabalhadores rurais) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura. As entidades reconhecidas como as mais combativas e atuantes de Alagoas estavam presentes. O congresso, realizado dias 8 e 9 de agosto, serviu para criar a CGT e eleger sua primeira diretoria alagoana.



Júlio, presidente da CGT-AL

A unidade foi a grande tônica do encontro. Um pequeno grupo, que tentou jogar os trabalhadores do campo contra os da cidade, não obteve êxito em suas manobras e foi desmascarado em plenário. Uma chapa consensual foi formada para primeira diretoria da entidade.

O primeiro dia do congresso foi dedicado à discussão sobre a importância da Constituinte

pra os trabalhadores. Dois candidatos a governador (Fernando Collor, PMDB, e Ronaldo Lessa, PSB) estiveram presentes. Candidatos à Constituinte alertaram os trabalhadores - como fez o deputado Eduardo Bomfim - sobre os perigos que a influência do poder econômico poderá significar para o voto livre da população.

A primeira diretoria da CGT no Estado foi composta pelo presidente, do Sindicato dos Médicos de Alagoas, Júlio Bandeira, e a vice-presidência e a secretaria geral ficaram com os candidatos rurais Miguel Caetano e Zezinho. "A tarefa agora", afirma Júlio Bandeira, "é consolidar a CGT no Estado, partindo para uma ampla campanha de filiação de sindicatos".

### DIRETORIA UNITÁRIA

Joaquim dos Santos Andrade, presidente nacional da CGT, fez uma palestra sobre a Constituinte na abertura do Congresso. Sérgio Barroso, dirigente do Sindicato dos Médicos de Alagoas e primeiro-secretário nacional da CGT, elogiou o clima de estreita união cidade-campo que existiu durante os trabalhos e previu que a CGT alagoana "será forte, pois já nasce com essa marca de combatividade e união dos companheiros sindicalistas e trabalhadores". (da sucursal)

## São Paulo lança dia 20 o abaixo-assinado do congelamento

As entidades sindicais e movimentos populares já marcaram para o dia 20 de agosto o lançamento oficial do abaixo-assinado pela manutenção integral do congelamento dos preços. Será na Câmara Municipal de São Paulo, com a presença de várias lideranças populares, partidos políticos e parlamentares.

Antes mesmo de ser oficialmente lançado já começaram a ser distribuídas cópias do abaixo-assinado para vários bairros da capital paulista. A população se mostrou receptiva à idéia e estão sendo coletadas milhares de assinaturas. Os organizadores pedem que após serem preenchidos estes abaixo-assinados, que os entreguem aos sindicatos, associações de moradores, entidades estudantis ou remetam-os para a CGT, Conam ou UNE/UBES.

A necessidade de uma pressão popular em prol da manutenção do congelamento dos preços se mostra cada vez maior diante das constantes remarcações das mercadorias. O próprio governo tem cedido às pressões do grande capital. O exemplo mais recente foi a autorização dada pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) para que a Ford, a Fiat e a General Motors reajustassem o preço de 87. No mesmo dia em que o dono da poderosa rede de

supermercados Paes Mendonça defendia o aumento de preços de produtos de primeira necessidade, a Sunab anun-

ciava que dentro de 15 dias sairá uma nova tabela de preços. Tal fato deixa a todos ainda mais preocupados...



Carros da Fiat com novos preços

### Texto do abaixo-assinado

#### O POVO UNIDO EXIGE

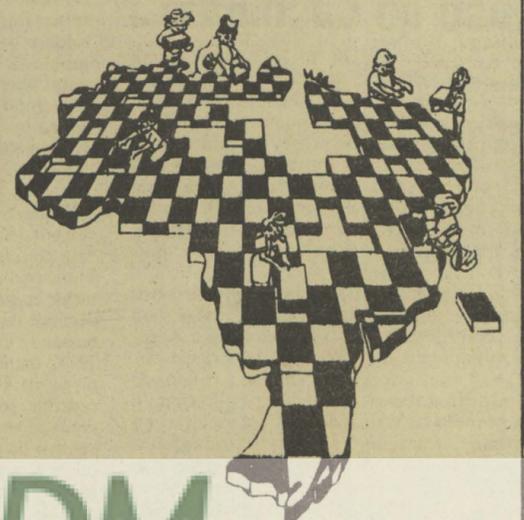
Diante da ação das forças reacionárias ligadas aos latifundiários e ao grande capital, nacional e estrangeiro, que estão pressionando o governo para descongelar os preços, impedir a execução de uma efetiva Reforma Agrária, arrochar ainda mais os salários e suprimir a liberdade de luta dos trabalhadores, o povo brasileiro vem, através deste abaixo assinado, exigir do Governo Federal:

- 1º) Manutenção integral do congelamento dos preços e rigorosa punição dos sonegadores e especuladores;
- 2º) Aumentos reais de salários;
- 3º) Imediata agilização e ampliação da reforma agrária;
- 4º) Suspensão do pagamento da dívida externa e seus juros; e
- 5º) Respeito à liberdade de organização e luta dos trabalhadores e movimentos populares.

## As propostas para um Brasil independente e progressista

As propostas do Partido Comunista do Brasil para a nova Constituinte, numa publicação da Editora Anita Garibaldi. Um documento que contribuirá para a reflexão dos brasileiros sobre a elaboração da nova Carta Magna. Reserve desde já seu exemplar junto à Editora Anita Garibaldi, Av. Brig. Luís Antônio, 1.511, São Paulo, CEP 01317.

### CONSTITUINTE: PROPOSTAS DO PC do B



APENAS Cz\$ 20,00

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Em greve dentro da fábrica, os operários da Belgo tomaram consciência de sua força

## Paralisação de 23 dias na Belgo pode recomeçar

Sem receber os benefícios das causas ganhas na Justiça do Trabalho nos dissídios de 1983 e 1984, os operários da Belgo Mineira resolveram parar. Deflagrada a greve, decidiram só retornar ao trabalho quando a empresa se decidisse a cumprir o que a justiça determinou. O movimento foi bem planejado, com os trabalhadores firmes, apesar das pressões.

A Belgo fechou o restaurante e as cantinas, mas a Associação de Mulheres improvisou uma cozinha no portão central e os grevistas receberam colaboração de vários políticos, da Igreja e dos comerciantes, que enviaram mantimentos.

A todo momento se ouvia na emissora de rádio de João Monlevade notícias falsas sobre a greve. A empresa utilizou a televisão, a imprensa local e do Estado para dar sua versão dos fatos. E colocou um listão na portaria demitindo quase 200 operários.

O dirigente do PC do B, Luiz Amaral, médico, e sua esposa, farmacêutica, que trabalhavam na Belgo, foram demitidos por dar apoio aos grevistas.

apanhar ninguém. Pôde apenas ver que eles estavam numa Variant vermelha, com a placa coberta com jornal.

No dia 22 de julho a empresa fechou as portas, proibindo a entrada do pessoal. Mas os grevistas dos dois turnos que estavam no interior do prédio decidiram não sair. Eram cerca de 1.100 operários.

No dia 25 de julho duas camionetes de uma empreiteira e um caminhão do Corpo de Bombeiros com 44 homens entraram na Belgo. Seu objetivo era danificar as máquinas para culpar os operários. Mas a presença do presidente e de um diretor do sindicato evitou que a provocação fosse exitosa. A polícia foi chamada, mas não quis identificar ninguém.

### TIROS NA MADRUGADA

Na madrugada do dia 18 ocorreu um inesperado tiroteio. Pessoas não identificadas atiraram para o ar. Um diretor do sindicato pegou seu carro e saiu atrás dos provocadores em alta velocidade, mas não conseguiu

### BELGO CONTRATA JAGUNÇOS

Segundo o presidente do sindicato, Leonardo Diniz, desde o início da paralisação a Belgo Mineira vem provocando os operários dentro da usina. Os trabalhadores foram inclusive impedidos de fazer revezamento de tur-

nos, como vinham procedendo. A direção decidiu depois pedir reintegração de posse ao juiz da Comarca e desocupação da fábrica ao Tribunal Regional do Trabalho. E, finalmente, contratou provocadores com o objetivo de causar tumulto para justificar solicitação de força policial.

Paralelamente a isso a empresa continuava pressionando os trabalhadores através dos meios de comunicação. E mesmo com um prejuízo de Cz\$ 400 milhões continuava intransigente e radical.

### OPERÁRIOS CONSCIENTES

Os operários tinham consciência de que as multinacionais como a Belgo querem continuar aqui porque exploram mão-de-obra praticamente gratuita. Como a empresa insistia em negociar com o prédio desocupado os operários saíram para evitar violência da tropa do PM. Com as fábricas desocupadas algumas reivindicações foram atendidas, inclusive a readmissão de muitos grevistas que constavam no listão.

Depois de 23 dias de greve os operários retornavam ao trabalho. Mas podem reiniciar a greve caso a Belgo não atenda às demais reivindicações num prazo de 30 dias. (da sucursal)

# Cresce a adesão à greve dos operários de Manaus

A greve dos metalúrgicos de Manaus, iniciada no último dia 7, continua a todo vapor. Na assembleia de terça-feira, dia 12, os 2 mil participantes decidiram prosseguir a paralisação, que já atinge cerca de 35 mil operários do Distrito Industrial. Apesar da repressão patronal e da presença ostensiva da polícia, os grevistas se mantêm firmes.



Na Sanyo os grevistas repetiram a dose de março do ano passado

O movimento paredista dos operários amazonenses vem conseguindo a cada dia novas adesões. No início pararam aproximadamente 13 mil trabalhadores, desligando as máquinas de empresas como a Caloi, Coelma, CCE, Gradiente, Sanyo, Phillips e Yamaha. Depois também engrossaram a greve os operários da Moto-Honda e de outras fábricas.

Inclusive uma firma de jóias e relógios, a Beta, aderiu ao movimento dos metalúrgicos. Neste caso, os trabalhadores reivindicam aumento salarial, sistema de transporte, melhoria na alimentação e nas condições de trabalho. A greve se iniciou sem o apoio da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Lapidação de Pedras Preciosas, considerada pelega, a serviço dos empresários do setor. Só depois da deflagração do movimento, no dia 11, o presidente da entidade sindical, Alvarez Miranda, apareceu, mas foi recebido com vaias pelos grevistas.

### PATRÕES DEMITEM

Já no caso da greve dos 35 mil metalúrgicos, o sindicato da categoria tem estado presente. Os operários exigem aumento salarial real, partindo do princípio de que as empresas do Distrito Industrial têm tido altos lucros e vêm aumentando, sobremaneira a produção. Eles também exigem melhorias nas fábricas e diminuição do ritmo estafante de trabalho.

Frente à coesão dos grevistas,

os empresários aumentaram nessa semana a pressão sobre os trabalhadores. As empresas - na maioria grandes multinacionais - já começaram a demitir as principais lideranças do movimento paredista. E ameaçam com mais dispensas. Além disso, para suprimir a deficiência de mão-de-obra, os patrões têm contratado novos funcionários. Isto apesar do Tribunal Regional do Trabalho ainda não ter julgado a greve ilegal.

Por sua vez, o governo do Estado reforçou o contingente policial no Distrito Industrial. Pelo menos 200 soldados da PM foram deslocados para os locais de concentração de grevistas. Só na porta da fábrica CCE - a maior empresa do setor, com quase 4 mil operários -, sete carros da polícia e mais de 20 soldados vigiam o local, inclusive utilizando as instalações internas da empresa.

### LUCROS VULTOSOS

Até o fechamento desta edição, os empresários vinham jogando duro contra a paralisação, tentando acabar com a disposição de luta demonstrada pelos trabalhadores. Eles chegaram a recusar a proposta conciliatória apresentada no dia 11 pelo vice-presidente do Tribunal Regional do Trabalho. O juiz Otílio Tino sugeriu um aumento real de 13% e outras vantagens sociais, mas os patrões consideraram a proposta do TRT "incompatível com a situação econômica das empresas".

## Médicos do Estado exigem equiparação com Inamps

Desde o dia 11 os médicos da rede pública estadual de São Paulo, no total 7.699 trabalhadores, envolvendo 23 hospitais e cerca de mil centros de saúde, entraram em greve exigindo equiparação com seus colegas do Inamps.

Os médicos exigem que o governo cumpra o que prometeu na última paralisação da categoria, que durou 71 dias e terminou no dia 11 de janeiro. Durante as negociações decidiu-se que no prazo de seis meses o governo daria uma solução para o problema. Foi então realizada uma comissão partidária com representantes dos profissionais e do governo para discutir o aumento. E houve consenso de que a equiparação não ficaria con-

dicionada à produtividade.

No entanto o governo recuou de sua proposta e agora, além de retardar o aumento, exige a produtividade (atendimento de quatro pessoas por hora) e estabeleceu quatro níveis de salários: A - os que recebem o equivalente a 100% dos profissionais do Inamps; B - 80%; C - 70% e D - 25%, para realizar as mesmas funções.

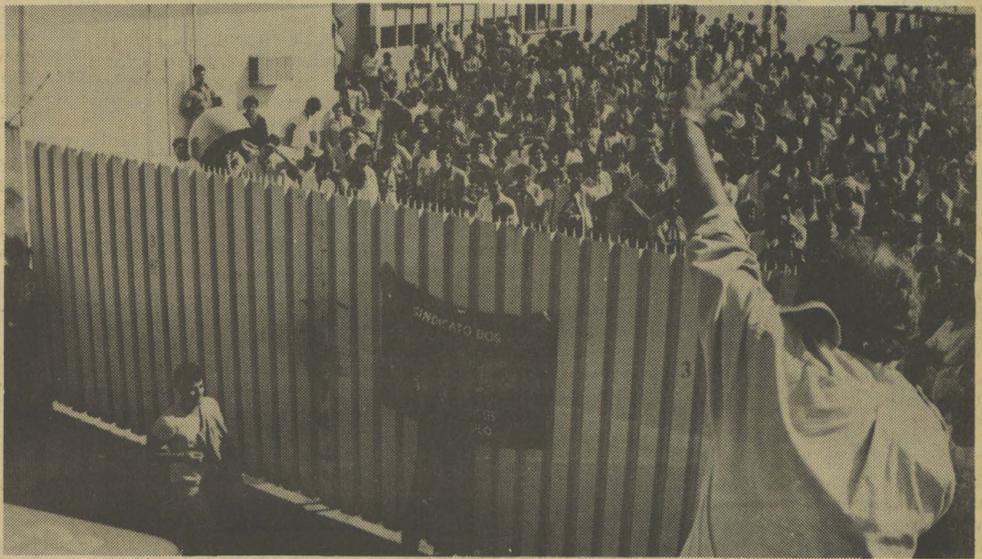
Atualmente o salário do médico por quatro horas no Estado é de Cr\$ 3.489 enquanto o do Inamps recebe Cz\$ 7.304 pelo mesmo tempo de serviço. Segundo dra. Júlia Roland, do Servidor Público Estadual, "é um absurdo esse recuo do governo. Além disso, não é fácil condicionar o aumento à produtivi-

dade, porque nem sempre ela depende do médico, principalmente com a infraestrutura que temos aqui no Brasil. Muitas vezes faltam remédios e até mesmo algodão ou mercúrio cromo. Trabalhamos numa realidade de hospitais sujos, sem leitos suficientes, sem pessoal preparado. Num quadro como esse é muito complicado exigir essa produtividade".

No dia 14 o governo ameaçou cortar o ponto dos grevistas. No entanto, segundo o secretário geral licenciado do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Jamil Murad, "essa medida não resolve nada. Os médicos não estão faltando ao serviço. Apenas estão se recusando a atender serviço de rotina. Mas se concentram em outros setores. Seria melhor o governo atender às reivindicações da categoria, que são justas".

### PREVIDENCIÁRIOS

Em assembleia realizada no dia 13 os funcionários do Inamps em São Paulo decidiram continuar a greve deflagrada no dia 5. O movimento foi iniciado quando estavam sendo negociadas com o governo melhores condições de trabalho para os previdenciários. A greve vem se ampliando, atingindo um número crescente de cidades no interior do Estado. Os trabalhadores reivindicam oficialização das 30 horas semanais, 12 referências e 80% de gratificação para todos os níveis.



Greve na Monark: os empresários querem retirar os aumentos conquistados nas recentes paralisações

## Metalúrgicos organizam luta salarial unificada

No último dia 12, as diretorias dos sindicatos de metalúrgicos de São Paulo, Osasco e Guarulhos se reuniram e decidiram encaminhar a campanha salarial deste ano de forma unificada. No entender dessas direções sindicais, essa estratégia possibilita a maior mobilização das bases e aumenta o poder de barganha da categoria diante dos patrões.

Os três sindicatos juntos representam cerca de 485 mil operários. Eles pretendem apresentar à Fiesp (entidade dos industriais) uma pauta conjunta de reivindicações e adotar formas de luta unitária - inclusive a greve geral, se for necessária. Conforme define Luís Antônio, presidente do sindicato dos metalúrgicos da capital paulista, "vamos trabalhar como se fôssemos um só sindicato".

A campanha salarial destas categorias tem como data-base 1º de novembro e tudo indica que as negociações serão bastante difíceis. Os empresários já anunciaram que pretendem descontar os aumentos salariais conquistados pelos trabalhadores na recente

onda grevista. Segundo levantamento dos sindicatos, cerca de 140 mil metalúrgicos da capital paulista obtiveram aumentos com suas greves e mobilizações (cerca de 40% da categoria). No caso de Osasco, os aumentos atingem 83% dos 47 mil operários da base. E no de Guarulhos, 60% dos 68 mil trabalhadores também foram beneficiados. Os percentuais de aumento variam de 5% a 40%.

"Não vamos aceitar que nos retirem o que conquistamos com muita luta", garante Neleu Alves, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Para ele, "a batalha vai ser dura, mas a categoria está animada com as últimas vitórias e não vai recuar. O que exigiremos é um aumento real

com base nos salários de outubro de 1986".

Para reforçar ainda mais a campanha salarial, a diretoria da entidade dos metalúrgicos da capital também está defendendo que se procure os demais sindicatos com data-base neste período, como os dos químicos e têxteis. Esta proposta - que passa por cima da divisão entre as centrais sindicais - deverá ser aprovada pelas outras duas entidades.

### MAIS DE 190 GREVES

Com a preparação da luta salarial se verifica uma pequena diminuição do número de greves dos metalúrgicos, que deflagraram há cerca de um mês a campanha pelo "aumento-já". Mesmo assim, em média ocorrem dez greves diárias na capital paulista. Desde o início do ano já ocorreram 193 paralisações, abrangendo aproximadamente 102 mil trabalhadores.



Hospital Heliópolis (SP) parou com os previdenciários

# Advogados gaúchos querem militares nos quartéis

O XI Congresso dos Advogados do Rio Grande do Sul realizou-se em Porto Alegre entre os dias 17 e 19 de julho, com a participação de aproximadamente 600 profissionais. Entre as diversas proposições apresentadas destacou-se a tese relativa ao papel das Forças Armadas na nova Constituição, que gerou intensa polémica.

A proposta de Luís Alberto Vargas, diretor da Associação Gaúcha de Advogados Trabalhistas e presidente da 1ª Zona do PC do B em Porto Alegre e de Pedro Maurício Machado, estagiário da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foi aprovada por unanimidade.

Na justificativa, foram analisados os 21 anos de dominação militar e seus efeitos desastrosos no Brasil, a triste tradição de golpes e intervenções militares em nossa história republicana, o papel da doutrina de "segurança nacional" e sua articulação com a expansão do imperialismo ianque bem como a presença do militarismo em nossas instituições, que perdura mesmo agora, na Nova República.

Segundo a resolução aprovada, é imprescindível "na nova Constituição redefinir o papel das Forças Armadas, restabelecendo a supremacia do poder civil, do cidadão, atribuindo-se às



mesmas funções rigorosamente apartidárias e profissionais". O Congresso dos Advogados gaúchos para tanto propôs: 1 - que seja definido, com precisão, o papel das Forças Armadas como o de defesa da pátria contra agressões externas, sob a suprema autoridade do presidente da República; que lhes seja expressamente vedado intervir na vida política do país; 2 - que os ministérios militares sejam

substituídos por um único Ministério da Defesa, ocupável por civil ou militar; 3 - que seja extinto o famigerado SNI; 4 - que a sociedade exerça o controle sobre as atividades castrenses, sendo que as nomeações de oficiais-generais deverão ser submetidas ao Congresso Nacional.

Na opinião dos autores, "apenas a regra constitucional, no entanto, não basta

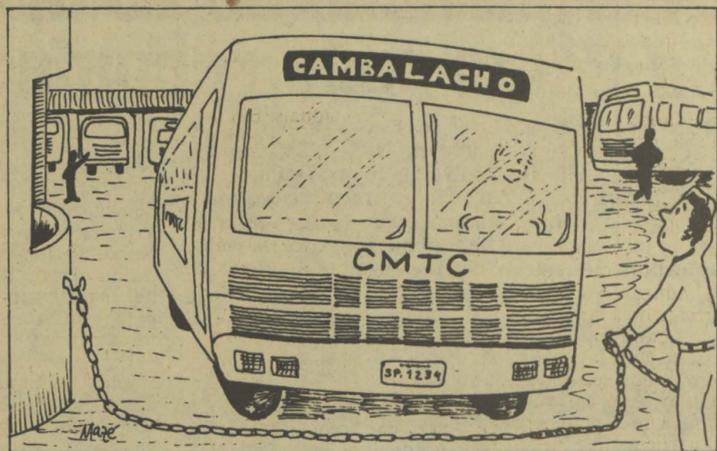
para impedir um golpe militar. Mas as possibilidades de atração dos soldados legalistas e a facilidade de procedimentos jurídicos, políticos e diplomáticos com base nesta regra, ao lado do inevitável crescimento da consciência anti-militarista que proporciona, fazem prever um grau bem maior de segurança para a democracia e a liberdade em nosso país". (Pedro Maurício Machado - Porto Alegre, Rio Grande do Sul)



Advogados gaúchos, reunidos em seu IX Congresso, decidiram pronunciar-se sobre o papel das Forças Armadas no Brasil. E pretendem que esta proposta seja aprovada por toda a categoria e levada como proposta à Assembléia Nacional Constituinte.

No essencial os advogados pretendem reduzir o papel das Forças Armadas na vida política do país, restringido-as à defesa de nossas fronteiras, como ocorre nos países democráticos em geral. Trata-se de uma concepção progressista, que visa impedir o retorno dos 20 anos que abalaram nosso país, onde militares faziam papel de polícia e decidiram sobre tudo e todos. Vale a pena divulgá-la para debate! (Olivia Rangel)

fala o POVO



## Chefe que foi buscar lã saiu tosquiado na CMTC

No último dia 6, quarta-feira, o chefe de departamento, sr. Edivelton, tramou, junto com outros chefes desta garagem, um plano visando prejudicar os porteiros que trabalham na CMTC (Companhia Municipal de Transportes Coletivos).

O sr. Edivelton mandou que um manobrista pegasse um ônibus com quatro pneus em seu interior e o levasse até o Terminal de Cidade A.E. Carvalho sem obedecer à norma da Companhia, que seria sair com "Autorização de Saída". Com isso ele "testava" a eficiência dos porteiros, em cuja norma de trabalho consta examinar os ônibus, que entram e saem sem ser retidos.

Como o planejado, o porteiro não parou o ônibus. E seu Edivelton ameaçou demitir os porteiros por "justa causa", afirmando que em breve um dos veículos poderia sair transportando um motor. Com o plano executado, os chefes ficaram rindo por ter prejudicado cinco assa-

lariados pais de família.

Só que o tiro saiu pela culatra. Os motoristas e cobradores compreenderam que o mesmo plano poderia prejudicá-los quando desse na cabeça de qualquer chefe colocar alguma coisa dentro do ônibus na hora da saída sem que ninguém visse. Depois da vistoria, os trabalhadores poderiam ser acusados de roubo. Formamos uma comissão e fomos discutir com o mandante do plano, que não convenceu ninguém com suas explicações. Sabendo do ocorrido, o pessoal ficou revoltado, pois qualquer um de nós poderia ser atingido. Na madrugada do dia 7 não saiu nenhum carro. Ficamos parados durante três horas como forma de pressão.

Conclusão: tanto o sr. Edivelton como o Márcio foram afastados da garagem. E outros chefes estão na mira dos trabalhadores. Nossa união será a nossa vitória. (A. - trabalhador da CMTC - São Paulo, SP)

## Servidores de limpeza param por melhores salários

Os 600 trabalhadores que realizam os serviços de limpeza do Hospital do Servidor Público de São Paulo estão parados desde as 6 hs. da manhã de sexta-feira, dia 8 de agosto. Foram providenciadas equipes de 17 trabalhadores que, em revezamento, cuidarão da limpeza dos setores considerados críticos, como o centro cirúrgico e outros, evitando, assim, a paralisação total dos serviços o que poderia acarretar graves problemas à própria população.

A executora dos serviços de limpeza do Servidor Público é a empresa Cleaning Star - Limpeza Técnica Hospitalar Ltda. Alegando problemas de ordem financeira e incompatibilidade com o contrato firmado com o hospital, ela está se recusando a atender às reivindicações dos trabalhadores, cujo salário pretendido é de Cz\$1.600. Segundo Roberto Santiago, presidente do Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de

São Paulo, que representa os trabalhadores do setor, "a greve ou paralisação foi uma deliberação da assembléia geral que pretende recompor o poder aquisitivo do trabalhador, abalado ainda mais com o plano cruzado".

A pauta de reivindicações entregue na empresa prevê — além do piso salarial de Cz\$1.600 — outros benefícios considerados inadiáveis, como comissão de representação dos empregados, pagamento de insalubridade, prêmio de assiduidade e melhor assistência médica aos empregados da empresa.

"De qualquer forma — conclui Santiago — a disposição dos companheiros da Cleaning - Hospital do Servidor Público é a de só voltar ao trabalho após o atendimento das reivindicações, no que o Sindicato os apoia inteiramente". (Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de São Paulo)

## Greve na Atlas obriga os patrões a fazer negociação

Cerca de 140 trabalhadores da indústria Atlas Villares S.A. entraram em greve no dia 30 de julho após a demissão de seis companheiros durante uma operação tataruga que a categoria vinha realizando desde o dia 3 de julho. Os operários reivindicavam, entre outras coisas, aumento salarial de 45%.

No terceiro dia de greve os operários obrigaram a gerência a negociar, readmitindo de imediato os seis companheiros e abrindo negociação sobre os itens referentes a salários e melhorias das condições de trabalho.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos e vice-presidente regional da CGT, Renildo Souza, afirmou que quase todos os 140 funcionários da Atlas aderiram ao movimento. A indústria é a maior produtora de elevadores do Brasil e possui filiais em todas as capitais do país. Em Salvador existem dois postos que realizam vendas, montagem e manutenção. Com a greve ficou suspensa a manutenção de escadas rolantes de importantes locais como a Estação da Lapa e o Shopping Center e de elevadores de edifícios comerciais e residenciais. Os grevistas só

realizaram trabalhos de urgência.

Renildo explicou que os trabalhadores estavam em campanha desde o final de maio, quando aprovaram a pauta de reivindicações. Esta foi encaminhada à direção da empresa no início de junho. Os patrões pediram um prazo até o dia 15 de julho para analisar as reivindicações e encaminhar a pauta para a matriz, em São Paulo.

O prazo foi concedido mas no dia 2 de julho a empresa surpreendeu a todos demitindo arbitrariamente o mecânico Antônio Brito. Os trabalhadores responderam à altura e decidiram fazer a operação tataruga a partir do dia 3 de julho. No dia 21, o sindicato encaminhou um documento exigindo resposta às reivindicações. A greve foi decidida com os trabalhadores na porta da empresa por causa da notícia de mais cinco demissões.

Além dos 45% de aumento salarial os metalúrgicos reivindicam cumprimento da legislação com o pagamento de 30% de adicional de periculosidade, assistência médica extensiva aos dependentes, serviço médico em empresa, delegado sindical etc. (Tribunários de Salvador, Bahia)

Fundação Maurício Grabois

## União da Juventude Socialista defende ecologia em Rio Branco

A Coordenação Estadual da União da Juventude Socialista do Acre realizou no dia 27 de julho um passeio, com 43 jovens filiados e não filiados à entidade, até a cidade histórica de Porto Acre. O propósito da pequena viagem foi despertar o interesse e sensibilizar a sociedade em geral a respeito dos grandes desmatamentos que ocorrem na região. Isto engloba também a proposta da UJS para a Constituinte, de defesa da ecologia e do meio ambiente.



Em excursão jovens acreanos defendem ecologia no Estado

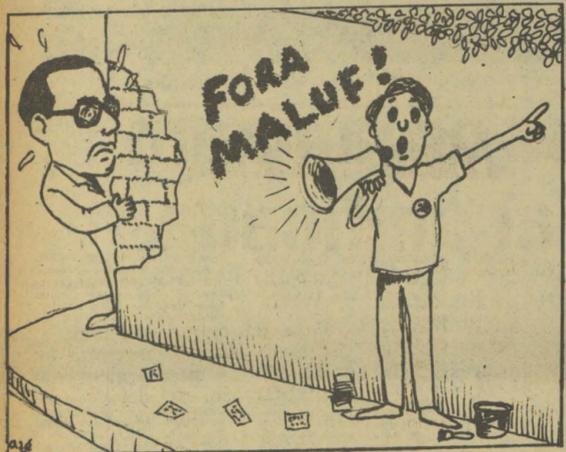
das da mata que provocam desequilíbrio ecológico.

Durante a viagem foi debatido o problema do latifúndio, que troca as reservas florestais pelos campos de pastagens. Também se discutiu o direito de posse de terras dos antigos seringueiros que há muito tempo lutam por uma cultura extrativista na região.

Além dos comentários políticos, o passeio proporcionou aos jovens um dia de muito lazer: sol, praia, pescaria, passeio de barco pelo Rio Acre, brincadeiras e jogos. A Coordenação Estadual da UJS estará promovendo em breve outra excursão que deverá sair de Rio Branco até o seringal Catuaba, área de grande conflito entre seringueiros e latifundiários.

(Lilian Orfanó - Rio Branco, Acre)

## Moradores de Sorocaba repudiam visita de Paulo Maluf



No dia 1º de agosto ficamos sabendo que no dia seguinte o Maluf estaria aqui em Sorocaba. Ai começou a ação...

Na própria sexta-feira arranjamos um carro emprestado, um galão de tinta e preparamos a recepção que ele merece: os principais paredões e muros da cidade amanheceram convidando "delicadamente" e com os devidos adjetivos, que o sem-vergonha fosse embora, comprar votos em outra freguesia, porque o povo de Sorocaba não é bobo e não vai se deixar enganar. Para o Maluf só queremos a cadeia...!

No sábado pela manhã, munidos de um megafone, fomos para o centro da cidade, a pouca distância de onde se

achava o larápio, e distribuímos um monte de folhetinhos (feitos no mimeógrafo na véspera) explicando várias "obras" do Ratuf: escândalo Lutfala, Paulipetro, espantamento na Freguesia do Ó, calote na Rodovia dos Trabalhadores, etc.

A população acolheu bem as denúncias e o nosso repúdio à corrupção, roubo e ao retrocesso que Maluf significa. Muitos paravam para ouvir, procuravam nossos folhetos e todos concordavam quando o megafone gritava: "Cuidado com sua carteira... O Ratuf está à solta! Mas em 15 de novembro vamos dizer NÃO ao Ratuf! (Militantes do PC do B em Sorocaba, São Paulo)

ao gosto do freguês.

No domingo o clima de festa tomou conta do local, uma novidade bem aceita. O samba serviu de música de fundo para ajudar a levantar os ânimos dos incansáveis torcedores, que a cada gol faziam uma algazarra, soltando fogos.

Para os derrotados, o consolo é comer um churrasco e tomar uma boa e barata batida.

Houve muita festa quando candidatos do PC do B à Constituinte e a deputado estadual

longe uma imagem nova à Sociedade Amigos do Jardim Planalto. As bandeiras e faixas vermelhas traziam o símbolo do PC do B, a foice e o martelo, representando a aliança entre operários e camponeses.

A alegria se refletia nos olhos dos jogadores. Muitos deles, antes de entrar em campo, queriam saber o que significava o símbolo do partido.

Foi armada uma barraca de churrasco com exposição de batidas caseiras bem diversas,

## Festival de futebol pela Constituinte em SP

Com vários times inscritos foi realizado no fim de semana, nos dias 26 e 27 de julho, o Festival de Futebol de Campo pela Constituinte. Várias equipes das mais diversas áreas estiveram disputando os 12 troféus colocados como prêmios aos vencedores.

Na noite anterior ao festival foi feita uma ampla colagem e pichação do evento no local e bairros próximos.

As 6 hs da manhã de sábado já se via o colorido que dava de

# Cobra, o remédio que provoca a morte violenta

Crime é uma doença. Conheça a cura.



Stallone, "o braço forte da lei", a serviço da violência da era Reagan

Não existe arte inocente, isenta de posicionamento político. O cinema foi considerado por pessoas tão diferentes como Lênin e Goebbels como a mais política das artes pelo seu poder de mostrar uma ação com um realismo extremo, e utilizado como arma ideológica eficiente para influenciar as massas.

Nos tempos atuais, quando a TV banalizou a imagem e circunstâncias variadas afastaram o grande público das salas de exibição, raros filmes conseguem uma boa performance de bilheteria e não deixa de causar surpresa quando uma fita lançada simultaneamente em 14 cinemas da capital de São Paulo consiga provocar em todos eles filas que dobram esquinas. "Cobra" conseguiu.

E "Cobra" é justamente um filme de propaganda ideológica que vem na onda da nova guerra fria deflagrada através dos meios de comunicação. O cinema da "era Reagan", explorando o filão da violência mesclada a outros gêneros como a ficção científica, policial, espionagem, esportes, já produziu "Rambos", "Rockys", "Comandos", etc que alçaram Sylvester Stallone e Arnold Schwarzenegger à condição de ídolos e cujo conflito interno é a luta EUA/URSS, o herói americano individualizado e capitalista vencendo o perigo vermelho, seja no Vietnã ou numa luta de boxe.

Mas "Cobra" é um produto da segunda geração desse cinema que, aprofundando e diversificando, deixa a objetividade, a segurança nacional, pela questão subjetiva, a segurança pessoal que mexe mais fundo no indivíduo e é o grande tema "social" da direita mundial. Como exemplo doméstico, basta observar aqui mesmo no Brasil os candidatos reacionários usando em sua demagogia eleitoral esse mote, propondo campo de concentração, pena de morte, batidas policiais e medidas arbitrárias afins.

Não é por acaso que o filme começa com uma seqüência tipicamente documental onde ouvem-se estatísticas com respeito ao número de assaltos, estupros, homicídios ocorridos por segundo nos EUA. A partir desses dados, passa-se à ação: os personagens são arquétipos, não variam suas características no

decorrer do filme, os bons são bons, os maus são maus, os bandidos roubam e matam, os policiais prendem e/ou matam e por aí vai. O único ao qual se tenta dar relativa humanidade é o Cobra, mas por ser ele justamente o personagem mais idealizado, cria-se então uma contradição interna onde essa segunda característica vence e incorpora a outra. Logo, essa "humanidade" não passa como algo natural, mas como uma concessão do herói. A estrutura de "Cobra" lembra demasiado a do western clássico, onde o protagonista normalmente era alguém "diferente", "separado", um anjo vingador cuja missão é defender os simples mortais e, após cumpri-la, retirar-se como entrou: solitário.

Mas a grande sacanagem do filme é misturar esses personagens emblemáticos, míticas com frases de efeito relacionadas ao cotidiano. Passa-se do ideal para o real como se fossem a mesma coisa. Em nenhum momento se discute o crime como um "fato" social, mas apenas como uma patologia (inclusive a frase chamar o filme de "O crime é a doença. Eu sou a cura."). Os bandidos estão entre fanáticos e loucos, é como se um vírus os houvesse contaminado e a única forma de parar sua volúpia assassina fosse a morte. E a

justiça é colocada como cúmplice dos bandidos, o que se torna claro em diálogos do tipo: "Nós os prendemos, os juizes os soltam" ou no final, quando o bandido principal argumenta: "Assassinato é contra a lei, terá que me prender se puder. Tenho meus direitos. Me leva, tira. O tribunal é civilizado. Vão dizer que eu sou demente". Pasmem, a citação é literal!

Esses bandidos também indefinidos, que cometem o crime pelo crime, com a aura mística de mal maior (Cobra inclusive se intitula "mal menor"), dão margem a qualquer identificação: além de bandidos comuns, poderiam ser comparados a fanáticos religiosos ou qualquer outra coisa. Esse é o espírito da coisa: o inimigo está em todo lugar, cuidado! A paranóia como imposição e ideologia.

Infelizmente a violência, até mais que o sexo, está se tornando a grande coqueluche do cinema. E o pior mesmo é que o filme, do ponto de vista formal, é bem acabado, quase agradável de se ver pela montagem rápida, os enquadramentos fechados, a direção competente, os malabarismos automobilísticos. O filme é uma doença, contagiosa.

(Valdir Baptista)



Nabi e Marin perseguem clubes que não rezam pela cartilha do malufismo

## Malufistas bagunçam o futebol brasileiro

A CBF divulgou um calendário para o futebol profissional até 1990 com as absurdas novidades de sempre. De acordo com ele, o Campeonato Nacional deste ano será disputado por 68 equipes. Poucos acreditam que ele será obedecido integralmente, tanto é assim que as federações estaduais já querem mudá-lo ainda este ano.

A diretoria da CBF, eleita no início deste ano, prometia em sua campanha organizar o Campeonato Nacional com poucos participantes, reunindo apenas os clubes com estrutura e gabarito para disputar um torneio desta envergadura. Nabi Abi Chedi, o principal articulador da chapa vitoriosa nas eleições, dizia que era muito elevada a quantidade de participantes dos campeonatos anteriores, em torno de 44 equipes. Pura cascata. Nabi falava isso nas entrevistas mas nos conchavos em busca de votos o papo era outro. E aí está a fórmula de disputa para este ano, com 68 participantes, sendo que quatro deles serão escolhidos pela vontade magnânima da direção da CBF, não importando que tenham sido campeões ou lanterinhas nos torneios regionais de seus Estados.

Os presidentes das federações estaduais, que compõem o restritíssimo universo de votos que elege a diretoria da CBF, venderam caro seus sufrágios e estão pressionando a entidade para incluir mais 12 clubes no nacional, aumentando para 80 o número de participantes. É este tipo de manobra que torna desacreditadas as boas inovações que o calendário contém, como o campeonato nacional de seleções estaduais, previsto para 1987, a redução para 30 representantes no Campeonato Nacional de clubes do ano que vem e o mundialito de seleções, a ser promovido em 89 como parte das comemorações de 60 anos de fundação da Fifa.

O exemplo de manobristismo despuadorado praticado pela CBF é fiel-

mente copiado nas federações estaduais. Em São Paulo, José Maria Marin, presidente da FPF e candidato ao senado pelo PFL coligado com Maluf, aumentou de 60 para 78 o número de participantes da terceira divisão. Em troca, cada novo representante deverá devolver 1.500 votos para sua candidatura.

Na primeira divisão, Marin e Nabi perseguem os clubes onde os presidentes não os apoiaram nas eleições da CBF ou que lhes recusam apoio para as eleições de novembro. Comercial e Botafogo de Ribeirão Preto, 15 de Novembro de Jaú e Paulista de Jundiá estão na lista negra. Dois deles serão rebaixados para a segunda divisão porque assim a dupla de cartolas decidiu. Ao contrário destes, o Novorizontino, de Novo Horizonte, que teve desastrosa participação no primeiro turno do campeonato paulista, vem sendo beneficiado por arbitragens milagrosas porque o seu presidente colocou à disposição de Nabi e Marin um jato, com combustível e tripulação pagas até novembro, para a campanha eleitoral de ambos. Em contrapartida, recebeu a certeza da permanência do seu time na primeira divisão. América de São José do Rio Preto e Santo André, da cidade do mesmo nome, por acordos semelhantes, também desfrutam de confortável status de protegidos dos cartolas pefelo-malufistas.

Não há mudanças para melhor na administração do futebol profissional. Isto já se sabe há muito tempo. Incrível, porém, é a mágica que os cartolas operam para torná-la cada vez pior. (Jessé Madureira)

## Irreverência e humor de Tom Zé



Tom Zé comemora 50 anos com shows

"Tom Zé 50 anos"! Os anos passaram mas não marcaram muito o compositor baiano, irreverente e bem humorado que explodiu na Tropicália com um ar de moleque rebelde. A sensibilidade se apurou, a música amadureceu. Mas o humor e a alegria continuam intatos. Este é o Tom Zé do show realizado no teatro Caetano de Campos na capital paulista e que se repetirá em São Carlos, Sorocaba, Santos, Franca e Marília para comemorar os 50 anos do autor.

Os shows foram organizados pela Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, coordenados por Pedro Brás. Tendo a oportunidade de ver o artista no palco lotado, "com gente sentada pelo chão", ele declarou: "Realmente Tom Zé tem grande força no palco. Muita gente se lembrava de músicas de diversas fases do artista e pedia para ele cantar".

Para Tom Zé a seqüência de shows foi uma oportunidade de rever toda sua vida artística. Aliás no dia 12 de outubro a Funarte deverá organizar uma exposição de fotos, pelo artista plástico Marcelo Nitché, uma retrospectiva de toda sua atividade artística, desde a época do Teatro de Arena e do tropicalismo, quando ele cantava com Gil, Bethânia, Gal e Biti, até os dias de hoje.

Além dos shows a comemoração do aniversário de Tom Zé (dia 11 de outubro) tem propiciado encontros com artistas de cada cidade onde ele se apresenta. Na véspera se faz uma espécie de laboratório ou oficina, onde eles se apresentam musicalmente. E no dia seguinte, os artistas locais participam com ele no show. Vale a pena rever o autor de tantos sucessos. Quem quiser mais informações ligue para Pedro Brás, na Secretaria de Cultura, telefone 826.3836, ramal 201.

Rotunda apresenta

### TOPOGRAFIA DE UM DESNUDO

LIBERADO APÓS 10 ANOS DE CENSURA

DE JORGEDIAZ DIREÇÃO TERESA AGUIAR

### TEATRO RUTH ESCOBAR (SALA GALPÃO)

DE 01 A 31 DE AGOSTO AS 21 HS

A peça do exilado chileno Jorge Dias (mora na Europa) trata da matança de mendigos no Rio de Janeiro, durante o governo de Carlos Lacerda. A contundência da denúncia e o valor da obra levaram os generais a proibirem-na no Brasil por vários anos, durante o regime militar. Agora, finalmente liberada, a peça está sendo apresentada no Teatro Ruth Escobar (sala Galpão), com direção de Tereza Aguiar. A União da Juventude Socialista está distribuindo um bônus que permite ao seu portador pagar apenas Cz\$30 pelo ingresso. As apresentações ocorrem de quarta a domingo, sempre às 21 horas. Vale prestigiar.



Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:

- Anual (52 edições)  Cz\$ 260,00
- Anual popular (52 edições)  Cz\$ 130,00
- Semestral (26 edições)  Cz\$ 130,00
- Semestral popular (26 edições)  Cz\$ 65,00
- Trimestral (13 edições)  Cz\$ 33,00
- Anual para o exterior (dólares)  US\$ 70

Nome: .....

Endereço: .....

Bairro: .....

Cidade: ..... CEP: .....

Estado: .....

Profissão: .....

Data: .....

Enderece a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo. CEP 01318.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

## Tribuna Operária

- Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira - CEP 57000. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
- ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69000.
- ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luis Pereira Lima, 237, sobreloja, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
- AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolivar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.
- BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
- Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100.
- Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600.
- Itapetininga: Rua Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060.
- Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes) - CEP 43700.
- DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Vendagem IV, sala 310 - CEP 70302.
- CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 63500.
- Sobral: Av. Dom José, 726, sala 4 - CEP 62700.
- ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Getúlio Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112. Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
- GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 71700.
- MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.
- MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.
- MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
- MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000.
- PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
- PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000.
- Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.
- PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961. CEP 80000.
- Londrina: Rua Serpente, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.
- PIAUI - Teresina: Rua Barroso, 144 - N. 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
- PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236, CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.
- RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Desodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.
- RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, 130 - sala 405 - CEP 92010. Caxias do Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95000. Pelotas: Rua Andra
- Neves 1589, sala 403 - CEP 96100. Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 2º andar depois das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar - CEP 88000.
- RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Nilópolis: Av. Amaral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.
- SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.
- SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravia, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Feres de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.
- SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovidio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.

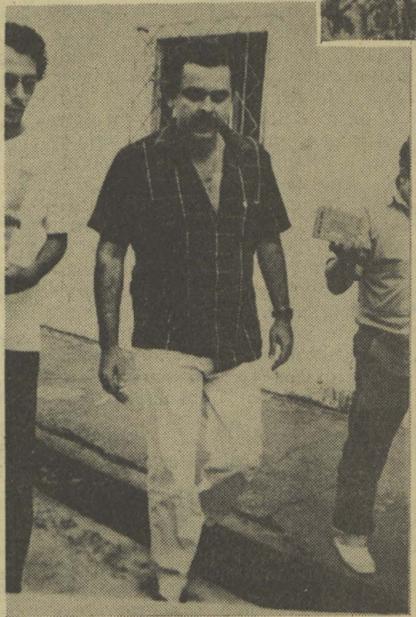
Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# Fraudes de milhões de dólares na Zona Franca de Manaus

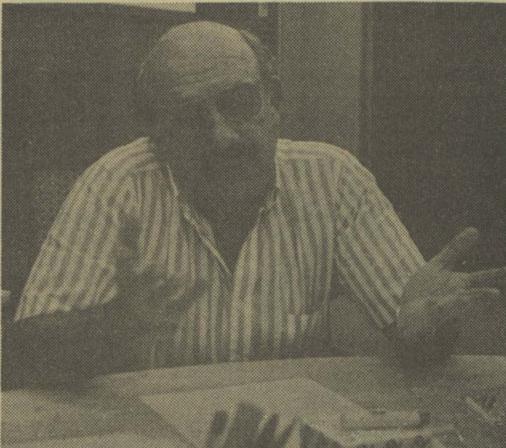
Escândalos que ultrapassam a cifra de 200 milhões de dólares envolvem o ex-superintendente da Suframa, Roberto Cohen, sócio do governador Gilberto Mestrinho; o PLF, através da caixinha dos 10%; o deputado federal Carlos Alberto Di Carli, juntamente com seu amigo Paulo Freire, prefeito de Manacapuru, num leilão fraudulento da usina de açúcar e álcool Fazendas Reunidas; a Codeagro, na venda ilegal de terrenos. As denúncias estão sendo apuradas pela Polícia Federal no Estado do Amazonas.

Ultrapassa a quantia dos 117 milhões de dólares o denominado "escândalo do colarinho verde", que envolve a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), a Cacex e a Receita Federal, juntamente com 52 firmas importadoras do Amazonas. O mecanismo constituía na liberação e até falsificação das Guias de Importação para mercadorias estrangeiras que seriam comercializadas em Manaus. O valor das fraudes cambiais executadas através da aquisição de moeda estrangeira junto à rede bancária local, a título de pagamento das supostas importações, chega a 15 milhões e 250 mil dólares.

Um dos principais envolvidos nesta operação é Nicholas Crispim Gamarra, presidente da empresa Dolphin Trading Corporation, em Miami, além de outra firma em Manaus, através das quais eram enviadas e recebidas as mercadorias fantasmas - que tinham autorização de importação da Suframa. Gamarra continua solto nos EUA, numa verdadeira afronta à Justiça.



Mestrinho protegeu o sócio



Cohen, acima, agora na secretaria estadual. Ary, ao lado, já indiciado

## Cohen, sócio de Mestrinho, foi afastado

Com o estouro do escândalo, Roberto Cohen - antigo sócio do governador Gilberto Mestrinho, que o indicou para o cargo -, foi afastado da superintendência da Suframa pelo ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, e pelo presidente José Sarney. Alegando a inocência de Cohen, apesar das evidências, Mestrinho nomeou-o titular da Secretaria da Indústria e Comércio. O governador tentou ludibriar a opinião pública colocando seu governo, seu sócio, Cohen,

e a Suframa como vítimas dos "inimigos do Amazonas". Entre tais "inimigos" estariam os componentes da coligação oposicionista Muda Amazonas, comandada por Arthur Virgílio Neto, candidato a governador do Estado e os deputados estaduais Félix Valois e João Pedro, candidatos à Constituinte.

O senador Fábio Lucena e o deputado federal Carlos Alberto Di Carli ainda tentaram defender o governo Mestrinho, ampliando o leque dos "inimigos do Amazonas". Mas a opinião pública vem tomando consciência a cada dia de novos escândalos, por desespero de Gilberto Mestrinho e seus apadrinhados. Miguel Ugarte, grande liderança entre os garimpeiros do Rio Negro, primo do senador Lucena, che-

gou a declarar: "Ele vem fazendo o jogo dos corruptos, dos safados. Aquele senhor combativo, defensor do povo, já não existe mais".

O deputado João Pedro respondeu através de pronunciamento na Assembleia Legislativa aos ataques do governador: "Enquanto alguns espertalhões fazem uma verdadeira orgia, desviando milhões de dólares da Suframa, o povo padece na miséria, os bairros jazem no abandono, os professores com os salários atrasados há sete meses. Nenhum 'colarinho' foi preso".

## Caixinha do PFL com guias de importação

O outro rumoroso escândalo, também ligado à Suframa, envolveu o Partido da Frente Liberal no Amazonas. Através de Ary Figueira, superintendente adjunto da Suframa, o PFL exigia uma taxa que variava de 1% a 10% do valor total para a liberação das Guias de Importação para os produtos estrangeiros destinados à Zona Franca de Manaus. Ary Figueira, indicado para o cargo pela senadora Eunice Michiles (PFL-AM), já foi indiciado no inquérito pela cobrança ilegal.



João Pedro, ameaçado

## Ameaça até de jogar no rio

Todos estes escândalos que envolvem grandes figuras da política amazonense, como Cohen, Di Carli, o PFL, Paulo Freire, Nelson Avi e outros, vêm sendo apurados de maneira extremamente tímida e lenta. Basta dizer que desde o dia 16 de julho foi imposto sigilo à imprensa, impedindo que a opinião pública seja informada a respeito. Além disto, diariamente são lançados insultos e feitas ameaças aos que, fiéis à opinião pública democrática, exigem a investigação e punição dos culpados. O próprio governador Gilberto Mestrinho, em cadeia de rádio e televisão, ameaçou os deputados Arthur Virgílio Neto, Félix Valois e João Pedro, falando no fundo do Rio Negro, pois os considera "inimigos do Amazonas".

Arthur Neto, que é candidato a governador do Estado, rebateu Mestrinho, dizendo que "a ditadura do timão envolvido com os maiores escândalos do Amazonas está com seus dias contados". A opinião

## Uma usina que rendeu muitos bilhões sujos

Outro negócio sujo no Estado envolve o deputado federal Carlos Alberto Di Carli, candidato ao Senado pela coligação PMDB-PFL, ex-síndico da Capemi, ex-proprietário da falida Agro-Industrial Fazendas Unidas e seus dois testas-de-ferro, Paulo Freire, prefeito de Manacapuru, e Francisco Martins Oliveira, proprietário da Amazoninvest.

Com os recursos do Proálcool, o Banco do Brasil emprestou às Fazendas Unidas, em 1977, cerca de 125 milhões de cruzeiros (hoje avaliados em 9 milhões e 838 mil cruzados) para a compra de uma usina de açúcar e álcool. Em novembro de 1983, após a falência da usina, foi colocada em leilão uma unidade de lavagem de cana avaliada em 10 milhões de cruzeiros. Inexplicavelmente, no dia do leilão apareceu apenas o prefeito de Manacapuru, que arrematou toda a usina por 10 milhões e 10 mil cruzeiros. Dias depois Paulo Freire vendeu a aparelhagem por 15 milhões à Amazoninvest. Em seguida os mesmos bens foram vendidos à Zanini por 3 bilhões 760 mil e 900 cruzeiros, deixando um lucro fabuloso à Amazoninvest. A Zanini utilizou cerca de 70 carretas para transportar o complexo.

Os funcionários das Fazendas Unidas fizeram diversos

protestos em frente ao Palácio Rio Negro e na imprensa, reivindicando receber os salários atrasados. Nessa ocasião Di Carli era síndico da Capemi. As manifestações eram lideradas pelo motorista Waldemir Castelo, que estava a par das irregularidades cometidas pela empresa, uma vez que tinha sido homem de confiança de diretoria e sabia das fraudes, que iam desde a falsificação de documentos até o roubo de peças e equipamentos. Por liderar o movimento e "saber de tudo", Castelo foi morto na noite de 6 de maio de 1984 por três homens no interior do táxi ZA-5813, no qual trabalhava na ocasião, para sustentar a família. Há suspeitas de que o processo tenha desaparecido. E os assassinos de Castelo continuam impunes.

## ESCÂNDALO CODEAGRO

As falcaturas não param aí. A Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas - Codeagro - esteve envolvida em colotes a firmas fornecedoras de equipamentos agrícolas e fertilizantes e venda de propriedades através da falsificação de certidão da Previdência Social, com a participação da Sociedade de Habitação do Amazonas - SHAM. Os diretores das duas empresas, Nelson Eden Avi e Gregório Dias, poderão a qualquer momento ser indiciados criminalmente.

A Codeagro, responsável pelo setor agrícola do Amazonas, tem demonstrado total descaso pelos produtores amazonenses, contribuindo para a falência de milhares de colônias que deixam de produzir até farinha, obrigando o Estado a importar leite, ovos, carne, tomate, feijão etc.

## Candidato usaria os dólares

O escândalo só veio à tona porque alguns comerciantes, entre eles Djalma Castelo Branco, sócio da Importadora Saratoga, se recusaram a pagar o ágio. O dinheiro arrecadado pelo PFL - alguns milhões de dólares - seria utilizado para a campanha eleitoral e principalmente para a candidatura de Amazonino Mendes, apoiado pelo governador Mestrinho e cujo vice é Vivaldo Frota, do PFL, que é presidente deste partido.

Segundo depoimento da funcionária da Suframa Maria Lenize Andrade, "a existência da caixinha vem desde o tempo em que Rui Lins era superintendente do órgão". Na época Lenize fazia o papel de tesoureira da caixinha. Nesse período ainda estava no poder o PDS, mas depois este partido se desagregou, dando origem ao PFL. Além disto, a administração de Gilberto Mestrinho favoreceu à continuidade das fraudes. (José Barbosa de Carvalho - Manaus, Amazonas)



Di Carli (acima) e Paulo Freire, fraude nas Fazendas Unidas

## Polícia reprime de novo 'Je vous salue' em Goiânia

A Polícia Federal de Goiás abriu inquérito para punir as pessoas que organizaram, em abril último, a exibição do filme *Je vous salue Marie*, em Goiânia. O fato está causando protestos dos setores democráticos da sociedade goiana, que não pode deixar de comparar este tipo de ação com o que existia anteriormente, no período da ditadura militar.

A escritora Maria Amélia Trindade, dois estudantes da Universidade Federal de Goiás e um militante do movimento dos direitos humanos, acusados de exibirem o filme, prestaram depoimentos na polícia.

Como se recorda, o filme do cineasta francês Jean Luc Godard foi proibido pelo

governo federal sob a acusação de atentar contra os dogmas da Igreja Católica. A partir desta decisão antidemocrática, foram organizados atos de protesto por todo o país exigindo a liberação do filme. Também em diversos locais foram criados movimentos que tinham como objetivo organizar a projeção do filme como forma de protesto contra a censura.

Em Goiânia a exibição do filme ocorreu no início de abril, nas universidades Federais Católica, com grande divulgação na imprensa. Passados quatro meses os responsáveis pela apresentação foram intimados pela PF.

Em solidariedade às pessoas atingidas estão sendo organiza-

dos diversos abaixo-assinados, que têm recebido a adesão de entidades sindicais, estudantis, partidos políticos, personalidades democráticas, entidades culturais.

A coordenadora estadual da União da Juventude Socialista e candidata a deputada estadual, Denise Carvalho, manifestou publicamente repúdio ao inquérito policial. Segundo Denise, "o que nos revolta é ver um órgão que serviu ao regime militar para reprimir os estudantes e o povo permanecer em franca atividade". O deputado Ronaldo Jayme, do PMDB, ao protestar contra a ação da PF, pediu imediato arquivamento do inquérito ao ministro Paulo Brossard. (Francisco Messias, da sucursal)